Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 9

Demonstração do Fluxo de Caixa 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 12

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 13

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 14

Demonstração de Valor Adicionado 15

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Resultado Abrangente 23

Demonstração do Fluxo de Caixa 24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 26

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 27

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 28

Demonstração de Valor Adicionado 29

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 31

Notas Explicativas 44

Proposta de Orçamento de Capital 109

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes 110

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 115

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm) 118

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 120

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 121

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	162.534
Preferenciais	0
Total	162.534
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.857
Preferenciais	0
Total	3.857

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.343.004	1.813.785	1.705.991
1.01	Ativo Circulante	1.428.834	1.213.179	1.188.171
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	467.431	364.423	319.417
1.01.03	Contas a Receber	443.865	460.246	469.819
1.01.03.01	Clientes	431.773	441.479	459.052
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.092	18.767	10.767
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	12.092	17.348	10.767
1.01.03.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.419	0
1.01.04	Estoques	373.266	322.824	320.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	140.218	63.233	77.128
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	140.218	63.233	77.128
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.054	2.453	1.665
1.02	Ativo Não Circulante	914.170	600.606	517.820
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	541.085	206.674	97.783
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.194	5.064	4.830
1.02.01.04	Contas a Receber	33.661	39.267	26.705
1.02.01.04.01	Clientes	3.589	10.876	8.782
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	30.072	28.391	17.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	66.463	59.041	49.977
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.463	59.041	49.977
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	435.767	103.302	16.271
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	346.261	27.399	16.271
1.02.01.10.05	Ativo de direito de uso	89.506	75.903	0
1.02.02	Investimentos	2.845	2.448	3.013
1.02.02.01	Participações Societárias	2.845	2.448	3.013
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.845	2.448	3.013
1.02.03	Imobilizado	271.383	298.511	305.695
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	271.383	298.511	305.695
1.02.04	Intangível	98.857	92.973	111.329

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04.01	Intangíveis	98.857	92.973	111.329
1.02.04.01.02	Intangíveis	98.857	92.973	111.329

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.343.004	1.813.785	1.705.991
2.01	Passivo Circulante	636.526	327.287	366.820
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.572	36.337	42.584
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.146	12.478	14.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.426	23.859	28.489
2.01.02	Fornecedores	259.701	187.008	207.909
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	212.827	161.856	167.777
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	46.874	25.152	40.132
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.634	24.826	20.088
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.352	12.817	6.147
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	232	136	7
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recollher	9.236	9.262	3.051
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	4.786	2.776	2.585
2.01.03.01.04	Outros	1.098	643	504
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.282	12.009	13.941
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	230.720	26.779	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	207.967	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	207.967	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	22.753	26.779	0
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	22.753	26.779	0
2.01.05	Outras Obrigações	30.248	20.533	61.557
2.01.05.02	Outros	30.248	20.533	61.557
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	972	807	40.726
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.642	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações por Incentivos Fiscais	0	3	172
2.01.05.02.05	Parcelamentos Tributários e Previdenciários	104	369	976
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	11.867	19.354	19.513
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	663	0	170
2.01.06	Provisões	50.651	31.804	34.682

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.120	2.420	2.420
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.120	2.420	2.420
2.01.06.02	Outras Provisões	47.531	29.384	32.262
2.01.06.02.04	Provisões para despesas comerciais	42.236	24.431	24.865
2.01.06.02.05	Provisões para despesas administrativas	5.225	4.882	7.326
2.01.06.02.06	Provisões para participação nos resultados	70	71	71
2.02	Passivo Não Circulante	84.180	60.101	19.095
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	60.706	38.704	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	60.706	38.704	0
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	60.706	38.704	0
2.02.02	Outras Obrigações	9.584	8.585	4.682
2.02.02.02	Outros	9.584	8.585	4.682
2.02.02.02.03	Obrigações por incentivos fiscais	490	490	633
2.02.02.02.04	Parcelamentos tributários e previdenciários	1.081	1.161	1.550
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados	6.116	5.769	2.499
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	1.897	1.165	0
2.02.04	Provisões	13.890	12.812	14.413
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.786	12.708	14.309
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.778	2.737	2.576
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.120	7.018	7.042
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.888	2.953	4.691
2.02.04.02	Outras Provisões	104	104	104
2.02.04.02.04	Provisões para despesas administrativas	104	104	104
2.03	Patrimônio Líquido	1.622.298	1.426.397	1.320.076
2.03.01	Capital Social Realizado	381.166	381.166	369.618
2.03.02	Reservas de Capital	-19.426	39.929	29.610
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-66.968	-1.551	-6.372
2.03.02.07	Plano de opções de ações	47.542	41.480	35.982
2.03.04	Reservas de Lucros	1.254.687	998.325	914.694

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04.01	Reserva Legal	76.233	59.959	56.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	240.867	779	16.877
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	937.587	937.587	841.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.817	6.017	6.786
2.03.06.01	Correção monetária ativos próprios	5.817	6.017	6.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	54	960	-632
2.03.08.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Instrumentos financeiros hedge accounting	54	960	-632

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.073.495	1.549.159	1.537.300
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.890	-870.519	-883.580
3.03	Resultado Bruto	419.605	678.640	653.720
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-337.747	-502.259	-455.694
3.04.01	Despesas com Vendas	-278.180	-359.579	-353.649
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-105.892	-114.778	-88.267
3.04.02.01	Remuneração dos Administradores	-8.111	-8.802	-8.943
3.04.02.02	Gerais e Administrativas	-43.537	-51.778	-49.137
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-54.244	-54.198	-30.187
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-20.398	-12.197	-8.524
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	159.969	39.419	38.467
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-93.143	-54.669	-44.537
3.04.05.01	Participação no Resultado	0	0	-783
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-93.143	-54.669	-43.754
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-103	-455	816
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-103	-455	816
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.858	176.381	198.026
3.06	Resultado Financeiro	182.759	32.546	36.900
3.06.01	Receitas Financeiras	245.471	68.381	71.450
3.06.01.01	Receitas Financeiras	245.471	68.381	71.450
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.712	-35.835	-34.550
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-62.712	-35.835	-34.550
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	264.617	208.927	234.926
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	78.352	5.775	4.588
3.08.01	Corrente	71.315	-3.120	1.478
3.08.02	Diferido	7.037	8.895	3.110
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	342.969	214.702	239.514
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	342.969	214.702	239.514
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,13820	1,32710	1,48120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,10612	1,30252	1,44760

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	342.969	214.702	239.514
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-741	-331	-1.200
4.02.01	Beneficios a empregados - Plano de previdência privada	164	-1.923	-568
4.02.03	Ajuste instrumentos financeiros - Hedge Acconunting	-905	1.592	-632
4.03	Resultado Abrangente do Período	342.228	214.371	238.314

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.631	286.833	362.384
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.696	329.355	315.990
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	342.969	214.702	239.514
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-7.037	-8.895	-3.110
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente líquidos	37.673	3.120	0
6.01.01.04	Variação monetária cambial e juros	13.292	4.828	2.140
6.01.01.05	Depreciação e amortização	88.831	88.424	61.598
6.01.01.06	Resultado na venda de ativos permanentes	5.941	-170	1.572
6.01.01.07	Resultado da baixa de arrendamento e fundo de comércio	1.009	94	0
6.01.01.08	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20.398	12.197	8.524
6.01.01.09	Plano de opção de compra de ações	6.062	5.498	5.167
6.01.01.10	Equivalência patrimônial	103	455	-816
6.01.01.11	(Reversão) líquida de constituição de provisão para ajuste a valor de realização estoques	-8.505	3.001	-1.721
6.01.01.12	(Reversão) líquida de constituição de provisão para contigências	8.018	5.744	2.870
6.01.01.13	Benefícios a empregados	596	357	252
6.01.01.16	Provisão pela não recuperabilidade de Ativo Imobilizado	3.838	0	0
6.01.01.17	Crédito Judicial PIS Cofins	-260.486	0	0
6.01.01.18	Crédito Judicial - IRPJ e CSLL atualização monetária	-71.018	0	0
6.01.01.19	Crédito Judicial - IRPJ e CSLL correntes	-108.988	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	40.935	-42.522	46.394
6.01.02.01	Contas a receber	-3.405	3.282	-13.930
6.01.02.02	Estoques	-41.937	-5.683	31.114
6.01.02.03	Impostos à recuperar	-6.580	5.209	-31.315
6.01.02.04	Outros ativos	3.393	-6.994	2.575
6.01.02.05	Fornecedores	61.511	-20.901	80.737
6.01.02.06	Contas a pagar e provisões	-3.258	-13.427	-13.123
6.01.02.07	Obrigações tributárias	37.753	3.301	-6.392
6.01.02.08	Aumento em IRPJ e CSLL	-1.216	-2.991	992
6.01.02.09	IRRP e CSLL pagos	0	0	-992

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Juros pagos por empréstimos	-5.326	-4.828	-3.820
6.01.02.12	Dividendos recebidos	0	510	548
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.490	-65.084	-49.621
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-21.129	-48.663	-33.341
6.02.02	Aquisições de ativo intangível	-23.483	-10.961	-16.280
6.02.03	Aquisições de ativos de direito de uso	-2.378	-5.060	0
6.02.04	Aumento em investimento	-500	-400	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.867	-176.743	-141.229
6.03.01	Aumento de capital	0	11.218	0
6.03.02	Aplicações financeiras	-130	-234	407
6.03.03	Juros sobre capital próprio e dividendos	-70.165	-171.077	-109.986
6.03.04	Empréstimos tomados	200.000	0	0
6.03.05	Pagamentos de empréstimos	0	0	-25.612
6.03.07	Partes relacionadas	566	205	307
6.03.08	Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	0	6.392	735
6.03.10	Aquisição de ações para tesouraria	-65.417	0	-7.080
6.03.11	Pagamento de principal - Arrendamento	-27.987	-23.247	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	103.008	45.006	171.534
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	364.423	319.417	147.883
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	467.431	364.423	319.417

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59.355	0	164	-164	-59.355
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.062	0	0	0	6.062
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-65.417	0	0	0	-65.417
5.04.08	Transferencia de ganhos e perdas atuariais	0	0	0	164	-164	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.969	164	343.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.969	0	342.969
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	164	164
5.05.02.06	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada	0	0	0	0	164	164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	256.362	-343.133	-1.106	-87.877
5.06.04	Correção monetária imobilizado - realização	0	0	0	201	-201	0
5.06.05	Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting (nota explicativa 24.e)	0	0	0	0	-905	-905
5.06.07	Dividendos e Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25.e)	0	0	0	-70.330	0	-70.330
5.06.08	Dividendos complementares (nota explicativa 25.e)	0	0	0	-16.642	0	-16.642
5.06.09	Reserva legal (nota explicativa 25.d)	0	0	16.274	-16.274	0	0
5.06.10	Reserva de retenção de lucros (nota explicativa 25.d)	0	0	240.088	-240.088	0	0
5.07	Saldos Finais	381.166	-19.426	1.254.687	0	5.871	1.622.298

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.218	10.319	-48.421	-81.166	0	-108.050
5.04.01	Aumentos de Capital	11.218	0	0	0	0	11.218
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.498	0	0	0	5.498
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	4.821	1.571	0	0	6.392
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.992	0	0	-49.992
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.166	0	-81.166
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	212.779	1.592	214.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.702	0	214.702
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.923	1.592	-331
5.05.02.07	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada	0	0	0	-1.923	0	-1.923
5.05.02.08	Ajuste de instrumento financeiro em aberto - hedge accounting	0	0	0	0	1.592	1.592
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	330	0	132.052	-131.613	-769	0
5.06.04	Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	330	0	-330	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	3.403	-3.403	0	0
5.06.07	Reserva de incentivos fiscais	0	0	146.648	-146.648	0	0
5.06.08	Correção monetária - imobilizado	0	0	0	769	-769	0
5.06.10	Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de juros sobre capital próprio	0	0	-17.669	17.669	0	0
5.07	Saldos Finais	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	369.618	30.815	825.458	0	7.021	1.232.912
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	369.618	30.815	825.458	0	7.021	1.232.912
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.205	27	-149.972	0	-151.150
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.080	0	0	0	-7.080
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	708	27	0	0	735
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.986	0	-69.986
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-79.986	0	-79.986
5.04.08	Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	0	5.167	0	0	0	5.167
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	238.946	-632	238.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	239.514	0	239.514
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-568	-632	-1.200
5.05.02.06	Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	0	0	0	-568	568	0
5.05.02.07	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	0	0	0	0	-568	-568
5.05.02.08	Ajuste de instrumento financeiro em aberto - hedge accounting	0	0	0	0	-632	-632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89.209	-88.974	-235	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	5.094	-5.094	0	0
5.06.07	Reserva de incentivos fiscais	0	0	137.628	-137.628	0	0
5.06.08	Correção monetária imobilizado - realização	0	0	0	235	-235	0
5.06.10	Utilização reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	-53.513	53.513	0	0
5.07	Saldos Finais	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.252.015	1.803.429	1.795.886
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.272.413	1.815.626	1.804.410
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.398	-12.197	-8.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-844.786	-1.038.888	-1.035.435
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-217.836	-267.909	-289.373
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-398.750	-455.553	-442.048
7.02.04	Outros	-228.200	-315.426	-304.014
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-228.200	-315.426	-304.014
7.03	Valor Adicionado Bruto	407.229	764.541	760.451
7.04	Retenções	-88.831	-88.424	-61.598
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-88.831	-88.424	-61.598
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	318.398	676.117	698.853
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	421.561	67.950	72.422
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-103	-455	816
7.06.02	Receitas Financeiras	245.471	68.381	71.450
7.06.03	Outros	176.193	24	156
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	739.959	744.067	771.275
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	739.959	744.067	771.275
7.08.01	Pessoal	257.509	279.691	252.791
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.848	237.818	211.642
7.08.01.02	Benefícios	22.314	26.803	25.683
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.347	15.070	15.466
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.124	188.695	194.659
7.08.02.01	Federais	32.417	139.156	142.471
7.08.02.02	Estaduais	43.377	47.488	50.066
7.08.02.03	Municipais	2.330	2.051	2.122
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.357	60.979	84.311
7.08.03.01	Juros	13.289	4.828	2.140
7.08.03.02	Aluguéis	9.005	26.976	54.023

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.03	Outras	39.063	29.175	28.148
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	342.969	214.702	239.514
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	53.637	81.166	79.986
7.08.04.02	Dividendos	33.335	0	69.986
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	255.997	133.536	89.542

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.340.605	1.811.773	1.704.129
1.01	Ativo Circulante	1.429.280	1.213.615	1.189.322
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	467.842	364.824	320.540
1.01.03	Contas a Receber	443.894	460.275	469.841
1.01.03.01	Clientes	431.802	441.508	459.074
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.092	18.767	10.767
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	12.092	17.348	10.767
1.01.03.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	1.419	0
1.01.04	Estoques	373.266	322.824	320.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	140.224	63.239	77.134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	140.224	63.239	77.134
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.054	2.453	1.665
1.02	Ativo Não Circulante	911.325	598.158	514.807
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	541.085	206.674	97.783
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	5.194	5.064	4.830
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	5.194	5.064	4.830
1.02.01.04	Contas a Receber	33.661	39.267	26.705
1.02.01.04.01	Clientes	3.589	10.876	8.782
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	30.072	28.391	17.923
1.02.01.07	Tributos Diferidos	66.463	59.041	49.977
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.463	59.041	49.977
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	435.767	103.302	16.271
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	346.261	27.399	16.271
1.02.01.10.05	Ativo de direito de uso	89.506	75.903	0
1.02.03	Imobilizado	271.383	298.511	305.695
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	271.383	298.511	305.695
1.02.04	Intangível	98.857	92.973	111.329
1.02.04.01	Intangíveis	98.857	92.973	111.329
1.02.04.01.02	Intangíveis	98.857	92.973	111.329

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.340.605	1.811.773	1.704.129
2.01	Passivo Circulante	634.068	325.203	364.873
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.572	36.337	42.584
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.146	12.478	14.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.426	23.859	28.489
2.01.02	Fornecedores	259.701	187.008	207.909
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	212.827	161.856	167.776
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	46.874	25.152	40.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.639	24.830	20.155
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.357	12.821	6.214
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	232	136	63
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	9.236	9.262	3.051
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	4.786	2.776	2.585
2.01.03.01.04	Outros	1.103	647	515
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.282	12.009	13.941
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	230.720	26.779	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	207.967	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	207.967	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	22.753	26.779	0
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamento	22.753	26.779	0
2.01.05	Outras Obrigações	27.785	18.445	59.543
2.01.05.02	Outros	27.785	18.445	59.543
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	972	807	40.726
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	16.642	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações por Incentivos Fiscais	0	3	172
2.01.05.02.05	Parcelamentos Tributários e Previdenciários	363	500	976
2.01.05.02.06	Outras Contas aPagar	9.145	17.135	17.499
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	663	0	170
2.01.06	Provisões	50.651	31.804	34.682

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.120	2.420	2.420
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.120	2.420	2.420
2.01.06.02	Outras Provisões	47.531	29.384	32.262
2.01.06.02.04	Provisões para Despesas Comerciais	42.236	24.431	24.865
2.01.06.02.05	Provisões para Despesas Administrativas	5.225	4.882	7.326
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Resultados	70	71	71
2.02	Passivo Não Circulante	84.239	60.173	19.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	60.706	38.704	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	60.706	38.704	0
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamento	60.706	38.704	0
2.02.02	Outras Obrigações	9.643	8.657	4.767
2.02.02.02	Outros	9.643	8.657	4.767
2.02.02.02.03	Obrigações por Incentivos Fiscais	490	490	633
2.02.02.02.04	Parcelamentos Tributários e Previdenciários	1.140	1.233	1.550
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados	6.116	5.769	2.499
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	1.897	1.165	85
2.02.04	Provisões	13.890	12.812	14.413
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.786	12.708	14.309
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.778	2.737	2.576
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.120	7.018	7.042
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.888	2.953	4.691
2.02.04.02	Outras Provisões	104	104	104
2.02.04.02.04	Provisões para Despesas Administrativas	104	104	104
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.622.298	1.426.397	1.320.076
2.03.01	Capital Social Realizado	381.166	381.166	369.618
2.03.02	Reservas de Capital	-19.426	39.929	29.610
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-66.968	-1.551	-6.372
2.03.02.07	Plano de Opções de Ações	47.542	41.480	35.982
2.03.04	Reservas de Lucros	1.254.687	998.325	914.694

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04.01	Reserva Legal	76.233	59.959	56.556
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	240.867	779	16.877
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	937.587	937.587	841.261
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.817	6.017	6.786
2.03.06.01	Correção Monetária de Ativos Próprios	5.817	6.017	6.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	54	960	-632
2.03.08.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Instrumentos financeiros hedge accounting	54	960	-632

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.073.495	1.549.159	1.539.568
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.890	-870.519	-883.580
3.03	Resultado Bruto	419.605	678.640	655.988
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-338.431	-502.407	-458.029
3.04.01	Despesas com Vendas	-278.180	-359.579	-353.649
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-106.654	-115.359	-88.349
3.04.02.01	Remuneração dos Administradores	-8.531	-9.190	-8.951
3.04.02.02	Gerais e Administrativas	-43.879	-51.971	-49.211
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-54.244	-54.198	-30.187
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-20.398	-12.197	-8.524
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	159.969	39.419	38.467
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-93.168	-54.691	-45.974
3.04.05.01	Participação no Resultado	0	0	-783
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-93.168	-54.691	-45.191
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.174	176.233	197.959
3.06	Resultado Financeiro	183.443	32.694	37.204
3.06.01	Receitas Financeiras	245.849	68.450	71.572
3.06.01.01	Receitas Financeiras	245.849	68.450	71.572
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.406	-35.756	-34.368
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-62.406	-35.756	-34.368
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	264.617	208.927	235.163
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	78.352	5.775	4.351
3.08.01	Corrente	71.315	-3.120	1.241
3.08.02	Diferido	7.037	8.895	3.110
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	342.969	214.702	239.514
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	342.969	214.702	239.514
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	342.969	214.702	239.514
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.01.01	ON	2,13820	1,32710	1,48120
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,10612	1,30252	1,44760

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	342.969	214.702	239.514
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-741	-331	-1.200
4.02.01	Beneficios a empregados - Plano de previdência privada	164	-1.923	-568
4.02.02	Ajuste instrumentos financeiros - Hedge Accounting	-905	1.592	-632
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	342.228	214.371	238.314
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	342.228	214.371	238.314

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	113.707	285.916	362.876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.593	328.900	316.806
6.01.01.01	Lucro líquido do execício	342.969	214.702	239.514
6.01.01.02	Imposto de renda e contrivuição social diferidos líquidos	-7.037	-8.895	-3.110
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social corrente líquidos	37.673	3.120	0
6.01.01.04	Variação monetária cambial e juros	13.292	4.828	2.140
6.01.01.05	Depreciação e amortização	88.831	88.424	61.598
6.01.01.06	Resultado na venda de ativos permanentes	5.941	-170	1.572
6.01.01.07	Resultado da baixa de arrendamento e fundo de comércio	1.009	94	0
6.01.01.08	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20.398	12.197	8.524
6.01.01.09	Plano de opção para compra de ações	6.062	5.498	5.167
6.01.01.10	(Reversão) líquida de constituição de provisão para ajuste a valor de realização de estoque	-8.505	3.001	-1.721
6.01.01.11	(Reversão) líquida de constituição de provisão para contingência	8.018	5.744	2.870
6.01.01.12	Beneficios a empregados	596	357	252
6.01.01.15	Provisão pela não recuperabilidade de Ativo Imobilizado	3.838	0	0
6.01.01.16	Crédito Judicial PIS Cofins	-260.486	0	0
6.01.01.17	Crédito Judicial - IRPJ e CSLL atualização monetária	-71.018	0	0
6.01.01.18	Crédito Judicial - IRPJ e CSLL correntes	-108.988	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	41.114	-42.984	46.070
6.01.02.01	Contas a receber	-3.405	3.275	-13.655
6.01.02.02	Estoques	-41.937	-5.683	31.114
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-6.580	5.209	-31.316
6.01.02.05	Outros ativos	3.393	-6.994	2.576
6.01.02.06	Fornecedores	61.511	-20.901	80.737
6.01.02.07	Contas a pagar e provisões	-3.195	-13.512	-13.136
6.01.02.08	Aumento em IRPJ e CSLL	-1.216	-3.047	972
6.01.02.09	IRPJ e CSLL Pagos	0	0	-992
6.01.02.10	Obrigações tributárias	37.869	3.497	-6.410
6.01.02.11	Juros pagos por empréstimos	-5.326	-4.828	-3.820

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.990	-64.684	-49.621
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-21.129	-48.663	-33.341
6.02.02	Aquisições de ativo intangível	-23.483	-10.961	-16.280
6.02.03	Aquisições de atibos de direito de uso	-2.378	-5.060	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.301	-176.948	-141.536
6.03.01	Aumento de capital	0	11.218	0
6.03.02	Aplicações financeiras	-130	-234	407
6.03.03	Juros sobre capital próprio e dividendos	-70.165	-171.077	-109.986
6.03.04	Empréstimos tomados	200.000	0	0
6.03.05	Pagamentos de empréstimos	0	0	-25.612
6.03.08	Aquisição de ações para tesouraria	-65.417	0	-7.080
6.03.09	Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	0	6.392	735
6.03.10	Pagamento de principal - Arrendamento	-27.987	-23.247	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	103.018	44.284	171.719
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	364.824	320.540	148.821
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	467.842	364.824	320.540

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397	0	1.426.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397	0	1.426.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-59.355	0	164	-164	-59.355	0	-59.355
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.062	0	0	0	6.062	0	6.062
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-65.417	0	0	0	-65.417	0	-65.417
5.04.08	Transferencia de ganhos e perdas atuariais	0	0	0	164	-164	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.969	164	343.133	0	343.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.969	0	342.969	0	342.969
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	164	164	0	164
5.05.02.06	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada	0	0	0	0	164	164	0	164
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	256.362	-343.133	-1.106	-87.877	0	-87.877
5.06.04	Correção monetária imobilizado - realização	0	0	0	201	-201	0	0	0
5.06.05	Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting (nota explicativa 24.e)	0	0	0	0	-905	-905	0	-905
5.06.07	Dividendos e juros sobre capita próprio (nota explicativa 25.e)	0	0	0	-70.330	0	-70.330	0	-70.330
5.06.08	Dividendos complementares (nota explicativa 25.e)	0	0	0	-16.642	0	-16.642	0	-16.642
5.06.09	Reserva Legal (nota explicativa 25.d)	0	0	16.274	-16.274	0	0	0	0
5.06.10	Reversa de retenção de lucros (nota explicativa 25.d)	0	0	240.088	-240.088	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	381.166	-19.426	1.254.687	0	5.871	1.622.298	0	1.622.298

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076	0	1.320.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076	0	1.320.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.218	10.319	-48.421	-81.166	0	-108.050	0	-108.050
5.04.01	Aumentos de Capital	11.218	0	0	0	0	11.218	0	11.218
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.498	0	0	0	5.498	0	5.498
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	4.821	1.571	0	0	6.392	0	6.392
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.992	0	0	-49.992	0	-49.992
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-81.166	0	-81.166	0	-81.166
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	212.779	1.592	214.371	0	214.371
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	214.702	0	214.702	0	214.702
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.923	1.592	-331	0	-331
5.05.02.07	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada	0	0	0	-1.923	0	-1.923	0	-1.923
5.05.02.08	Ajuste de instrumento financeiro em aberto - hedge accounting	0	0	0	0	1.592	1.592	0	1.592
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	330	0	132.052	-131.613	-769	0	0	0
5.06.04	Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	330	0	-330	0	0	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	3.403	-3.403	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de incentivos fiscais	0	0	146.648	-146.648	0	0	0	0
5.06.08	Correção monetária - imobilizado	0	0	0	769	-769	0	0	0
5.06.10	Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de juros sobre capital próprio	0	0	-17.669	17.669	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397	0	1.426.397

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	369.618	30.815	825.458	0	7.021	1.232.912	0	1.232.912
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	369.618	30.815	825.458	0	7.021	1.232.912	0	1.232.912
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.205	27	-149.972	0	-151.150	0	-151.150
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.080	0	0	0	-7.080	0	-7.080
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	708	27	0	0	735	0	735
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.986	0	-69.986	0	-69.986
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-79.986	0	-79.986	0	-79.986
5.04.08	Plano de remuneração por ações	0	5.167	0	0	0	5.167	0	5.167
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	238.946	-632	238.314	0	238.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	239.514	0	239.514	0	239.514
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-568	-632	-1.200	0	-1.200
5.05.02.06	Transferência dos ganhos e perdas atuariais	0	0	0	-568	568	0	0	0
5.05.02.07	Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdencia privada e saúde	0	0	0	0	-568	-568	0	-568
5.05.02.08	Ajuste de instrumento financeiro em aberto - hedge accouting	0	0	0	0	-632	-632	0	-632
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	89.209	-88.974	-235	0	0	0
5.06.06	Reserva legal	0	0	5.094	-5.094	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de incentivos fiscais	0	0	137.628	-137.628	0	0	0	0
5.06.08	Correção monetária imobilizado - realização	0	0	0	235	-235	0	0	0
5.06.10	Utilização reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	-53.513	53.513	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	369.618	29.610	914.694	0	6.154	1.320.076	0	1.320.076

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.252.015	1.803.429	1.798.290
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.272.413	1.815.626	1.806.814
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.398	-12.197	-8.524
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-845.406	-1.039.387	-1.037.143
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-217.836	-267.909	-289.373
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-399.370	-456.052	-443.620
7.02.04	Outros	-228.200	-315.426	-304.150
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-228.200	-315.426	-304.150
7.03	Valor Adicionado Bruto	406.609	764.042	761.147
7.04	Retenções	-88.831	-88.424	-61.598
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-88.831	-88.424	-61.598
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	317.778	675.618	699.549
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	422.042	68.474	71.728
7.06.02	Receitas Financeiras	245.849	68.450	71.572
7.06.03	Outros	176.193	24	156
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	739.820	744.092	771.277
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	739.820	744.092	771.277
7.08.01	Pessoal	257.509	279.691	252.791
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.848	237.818	211.642
7.08.01.02	Benefícios	22.314	26.803	25.683
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.347	15.070	15.466
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.124	188.695	194.897
7.08.02.01	Federais	32.417	139.156	142.709
7.08.02.02	Estaduais	43.377	47.488	50.066
7.08.02.03	Municipais	2.330	2.051	2.122
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.218	61.004	84.075
7.08.03.01	Juros	13.289	4.828	2.140
7.08.03.02	Aluguéis	9.005	26.976	54.023
7.08.03.03	Outras	38.924	29.200	27.912

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	342.969	214.702	239.514
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	53.637	81.166	79.986
7.08.04.02	Dividendos	33.335	0	69.986
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	255.997	133.536	89.542

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 entra para a história da Cia. Hering por seus desafios sem precedentes, e por marcar nosso aniversário de 140 anos**. Somos uma das empresas mais longevas do Brasil e nossa jornada traduz o empreendedorismo e a busca incessante pela nossa melhor versão, seja na gestão, no relacionamento com os clientes e parceiros, com o meio ambiente e com as comunidades com as quais nos relacionamos.**

Neste ano de 2021, evoluímos na visão traduzida por um plano estratégico que combina construção de marcas, expansão e integração de canais, modernização do nosso *supply chain*, foco no cliente e sustentabilidade. Estes pilares norteiam nossa jornada de transformação digital e cultural para o próximo ciclo. Queremos ampliar a proposta de valor para sermos mais uma vez protagonistas no nosso mercado e fazer a diferença na vida dos nossos clientes.

Como uma empresa tão longeva, não podemos deixar de nos reinventar sempre, mantendo a nossa essência, e de nos preocupar com nosso presente e nosso futuro, assim como de nossas comunidades. **Sendo assim, consideramos os critérios de ESG como balizadores do negócio. Sustentabilidade é jornada contínua, e na Cia. Hering o equilíbrio de relevância dos eixos econômico, social, ambiental e cultural é uma verdade viva em nossas ações, desde nossa fundação.** Em 2020, atualizamos nosso planejamento, integrado à estratégia do negócio, e estruturamos nossa atuação em cinco grandes frentes: Cadeia de Valor, Meio Ambiente, Diversidade, Marcas e Governança.

Concluímos o 4T20 com o Comitê de Sustentabilidade implementado, com a finalização do inventário de emissões da Cia.- que baliza a construção do plano de reduções e neutralização de emissões de gases de efeito estufa – e com a adoção da técnica de análise de ciclo de vida de produto para buscar alternativas mais sustentáveis em nossos processos e produtos. Dois produtos especiais sinalizam esse caminho: as camisetas H+ e Reuse. Lançadas Hering, são produzidas com tecnologia que diminui o consumo de água na manutenção do produto e com resíduos de produção, respectivamente, mantendo os atributos de qualidade e preço pelos quais a marca é reconhecida.

Para 2021, a Companhia fortalece seus compromissos com a publicação de suas metas de longo prazo, e a realização da segunda edição da iniciativa Vestir o Brasil - que capacita jovens de todo país e fomenta o empreendedorismo, em parceria com ONGs referência no País.

Particularizando a visão de comunidades para nossos clientes, procuramos atuar como influenciadores positivos. Seja do ponto de vista de ESG, ou de produtos e serviços, o objetivo é **oferecer a melhor experiência em todos os pontos de contato. Consideramos o cliente como o principal alicerce da nossa evolução cultural.**

Em 2020, a Cia. Hering atingiu **10 milhões de clientes cadastrados** e amadureceu a estratégia de **NPS, atingindo 70 pontos** no 4T20, o que marca apenas o início de nossa trajetória. Evoluímos também nossa **plataforma de CRM**, que permitiu personalizar as ofertas e customizar as ativações nas lojas e no site, gerando **venda incremental de 11% no nosso *e-commerce*.**

O fortalecimento da nossa presença online foi uma importante alavanca de transformações – lançamos o **app da marca Hering**, com expressivos resultados de vendas; **alcançamos**

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

cerca de 100% de cobertura do pick-up in store em nossa rede de lojas pelo Brasil; **conectamos 5 novos hubs de distribuição e ampliamos a capacidade de nosso Centro de Distribuição, para garantir uma experiência cada vez mais fluída.**

Além de oferecer uma jornada de compra mais intuitiva e sem fricção, melhorando a usabilidade do site/app e experiência, em 2020 também evoluímos substancialmente nosso nível de serviço, nossa logística com **redução do tempo médio de entrega de 2,4 dias (entrega super expressa em até 4h)**, além de estruturar o time do SAC, **com redução do tempo médio de resposta de 40 minutos para 23 segundos e um SLA em todos os canais de atendimento de 91%**. O cenário foi refletido também no Reclame Aqui, onde recuperamos nossa reputação do nível Regular para Bom.

Toda esta conexão com os clientes não seria possível sem boas histórias – contadas através de nossas marcas com propósito. Dentro de seus posicionamentos, cada uma delas possui conexões emocionais com gerações de brasileiros, e reforça, mais uma vez, sua presença na vida dos nossos clientes. A aceleração das vendas digitais resultou em adaptações na velocidade deste diálogo e na dinâmica desta relação.

Os times de P&D, alinhados com nosso núcleo de *sourcing e indústria*, trabalhou com grande foco na equação produto certo, no lugar certo com o preço certo. Ao longo dos últimos 6 meses, foram lançadas **20 coleções cápsulas com time-to-market de até 3 semanas e *sell-through* médio de 70%**. Este é um formato inovador para o modelo de negócios, que visa trazer novidade em tempo real e de maneira mais assertiva, assumindo um calendário de lançamentos baseados em testes online e migração dos sucessos para as lojas físicas. **2021 será um ano marcado pela inovação, pela criatividade e pela proximidade de nossas marcas com nossos clientes**. Estamos revisitando nossa arquitetura de marcas e redefinindo nosso propósito institucional. A Cia. planeja desenvolver novas linhas e categorias de produtos, por exemplo, explorando o potencial de penetração no varejo brasileiro de moda íntima. Os canais de conteúdo serão fortalecidos, assim como o lançamento de produtos com atributos de sustentabilidade, gerando impacto positivo para as pessoas e comunidades relacionadas à empresa e às marcas.

Para traduzir cada vez mais assertivamente esta experiência de marca, estamos focados em evoluir nosso modelo de negócios e gestão, consolidando uma plataforma digital, integrada e ágil, na qual o cliente é o principal foco. Uma jornada que prevê uso de dados, o aumento da eficiência de *sourcing* e logística, além do alto nível de serviço para as marcas e parceiros. Em 2020, evoluímos nas frentes de plataforma B2B e na consolidação do *Showroom* Virtual, com gestão do ciclo de pedido (B2C e B2B) e uso de dados nos projetos de planejamento e alocação de produto.

A agenda de digitalização se torna, cada vez mais, prioritária para sustentar o crescimento e a integração dos nossos canais de venda, potencializada pela alta capilaridade da nossa rede de lojas e parceiros e pelos variados modelos de negócio. Conhecer nossos clientes, o que eles procuram e oferecer facilidade de compra a eles tem sido um dos pontos centrais da Cia. para explorar todo potencial de vendas e desenvolver novos projetos.

Em 2021, o plano é evoluir ainda mais na agenda de *supply chain* e gestão de ciclo de vida. A Companhia toma para si um importante desafio: redesenhar a agenda de S&OP, revisar a matriz de sourcing e modernizar nosso processo produtivo para consolidar uma cadeia ágil e integrada com uso ampliado de dados e tecnologia sendo cada vez mais diretivo nas

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

recomendações, eficiente nas alocações e abastecimento das lojas, reduzindo *Time to Market* dos lançamentos e mantendo boa disponibilidade de produtos nos canais.

Como uma Cia. com 140 anos de jornada, reconhecemos os desafios que aparecem ao longo do caminho e, canalizamos nossas energias para ultrapassá-los e fazer acontecer nossa história de sucesso. Para todos estes projetos, em 2021, a Cia. terá seu maior investimento da história, totalizando R$ 131 milhões em Capex. Estes recursos serão direcionados para nossos programas de tecnologia focados na reestruturação da arquitetura de sistemas e dados, desenvolvimento de infraestrutura, plataformas digitais e estratégia de inovação, modernização do parque industrial e logístico, além de melhorias na experiência de loja.

A jornada é desafiadora, intensa e com etapas a serem percorridas, mas, sobretudo, apaixonante e com alcance exponencial. **Tudo isso é alimentado por atitude empreendedora, pensamento sustentável, inovação, gestão de marcas e construção de parcerias duradouras, valores que estão no DNA da empresa há 140 anos e continuarão construindo o futuro.**

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESTAQUES CONSOLIDADOS

R$ MIL	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
Receita Bruta	**1.272.413**	**1.815.626**	**-29,9%**
Mercado Interno	1.248.126	1.773.491	-29,6%
Mercado Externo	24.287	42.135	-42,4%
Receita Líquida	**1.073.495**	**1.549.159**	**-30,7%**
Lucro Bruto	**419.605**	**678.640**	**-38,2%**
Margem Bruta	*39,1%*	*43,8%*	*-4,7 p.p.*
Lucro Líquido	**342.969**	**214.702**	**59,7%**
Margem Líquida	*31,9%*	*13,9%*	*18,0 p.p.*
EBITDA	**170.005**	**264.657**	**-35,8%**
Margem EBITDA	*15,8%*	*17,1%*	*-1,3 p.p.*
ROIC (a)	**17,2%**	**19,5%**	**-2,3 p.p.**
SSS[1]	**-23,5%**	**2,3%**	**-25,8 p.p.**

(a) Últimos 12 meses.

[1] SSS do 4T20 considera todas as marcas da Cia. enquanto 4T19 considera apenas Rede Hering (Hering + Hering Kids)

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R$ MIL	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
Receita Bruta Total	**1.272.413**	**1.815.626**	**-29,9%**
Mercado Interno	1.248.126	1.773.491	-29,6%
Mercado Externo	24.287	42.135	-42,4%
Receita Bruta Mercado Interno	**1.248.126**	**1.773.491**	**-29,6%**
Hering	1.131.637	1.585.840	-28,6%
Dzarm	63.108	75.973	-16,9%
Outras[1]	53.381	111.678	-52,2%

Participação Mercado Interno	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
Multimarcas	452.256	704.840	-35,8%
Franquias	369.651	627.075	-41,1%
Lojas Próprias	234.461	365.829	-35,9%
Webstore	181.077	69.996	158,7%
Outras[2]	10.681	5.751	85,7%
Total	**1.248.126**	**1.773.491**	**-29,6%**
Multimarcas	36,2%	39,7%	-3,5 p.p.
Franquias	29,6%	35,4%	-5,8 p.p.
Lojas Próprias	18,8%	20,6%	-1,8 p.p.
Webstore	14,5%	3,9%	10,6 p.p.
Outras[2]	0,9%	0,4%	0,5 p.p.
Total	**100,0%**	**100,0%**	**-**

[1] Considera a venda de itens de segunda linha, sobras, marca PUC e Folha.

[2] Considera a venda de itens de segunda linha e sobras

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em 2020 a receita bruta totalizou R$ 1,3 bilhão, queda de 29,9% versus o mesmo período do ano anterior. O ano foi fortemente impactado pela pandemia do covid-19 o que resultou em um desempenho negativo das lojas físicas que tiveram muitos períodos com decretos impedindo seu pleno funcionamento. Em contrapartida, um destaque no ano foi o crescimento exponencial do *e-commerce* que encerrou o ano com uma penetração de 14,5% nas vendas totais.

As vendas mesmas-lojas ("*Same Stores Sales*") ficaram negativas em 23,5% versus 2019, impactadas por grandes períodos de lojas fechadas, lembrando que na segunda quinzena de março todas as lojas da rede tiveram que ser fechadas e foram tomando uma reabertura gradual ao longo do ano.

Lojas próprias
As vendas das lojas próprias totalizaram R$ 234,5 milhões, queda de 35,9% versus 2019, que apesar do desempenho, tiveram evolução em alguns indicadores como a taxa de conversão que encerrou o ano com crescimento de 5,1 p.p..

Franquias
As vendas para as franquias ("*sell-in*") totalizaram R$ 369,7 milhões, queda de 41,1% versus 2019. O cenário instável promovido pelo fechamento parcial de lojas e horários de funcionamento reduzidos, foram detratores para o desempenho do canal. Além disso, com a evolução da pandemia ao longo do ano, tivemos cancelamento e redução de algumas coleções.

Multimarcas
As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 35,8% no ano. Ao contrário do esperado, esse canal se mostrou altamente resiliente, com baixos níveis de fechamento de clientes ao longo do ano e maior volume e recorrência de compras *sell-in*. Além disso, introduzimos um novo modelo de *go-to-market* 100% digital, tornando a jornada do *showroom* mais intuitiva e amplificando a experiência de compra.

Webstore
As vendas *online* totalizaram R$ 181,1 milhões, alta de 158,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho está relacionado a grandes iniciativas adotadas ao longo do ano com agendas como a integração do centro de distribuição de operação da web com o nosso CD principal, evolução da cauda longa com incremento de sortimento, melhora na usabilidade, amplificação da experiência e consequente aumento do tempo de navegação além do lançamento do app de vendas.

Mercado Externo
O mercado externo apresentou retração de 42,4%. Destacam-se nesses mercados aumento da competitividade local e redução do fluxo nos *shoppings*. O mercado externo representa 1,9% do faturamento da Companhia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

REDE DE LOJAS

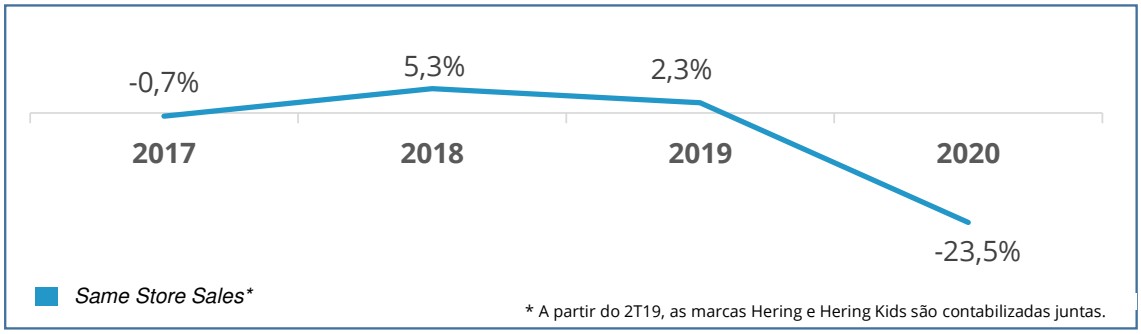
A Companhia encerrou o ano com 778 lojas, das quais 758 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 130 lojas. Destaca-se no ano as Mega Lojas (*One Stop Shop*), totalizando 7 operações neste formato, permitindo uma experiência diferenciada para o consumidor. A loja serve como hub de distribuição dos pedidos online da região, além de contar com todas as modalidades Omnichannel e experiência digital, como *lockers* inteligentes para retirada dos pedidos via *QR code*, *mobile checkout* em 100% da equipe de venda e plataforma de personalização de camisetas.

Seguindo o processo de reorganização pela qual a Companhia está passando, entendeu-se que a proposta de valor da marca Hering Kids, com ajustes pontuais na estratégia de comunicação e sortimento de produto, seria suficiente para endereçar o mercado infantil e dessa maneira descontinuou a marca PUC.

DESEMPENHO DA REDE HERING

Em 2020, as vendas da rede Hering totalizaram R$ 1,1 bilhão, 28,6% abaixo do ano anterior. Apesar da queda de 35,8% no número de atendimentos relacionado ao fechamento de lojas e limitação de circulação, destaca-se o crescimento em número de peças por atendimento junto com o ticket médio.

As vendas base mesmas lojas ("*Same Stores Sales*"), as quais consideram lojas comparáveis abertas há pelo menos 13 meses, incluindo a participação das vendas *online*, caíram 23,5%, reflexo do fechamento de lojas e restrições ocasionados pela pandemia.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

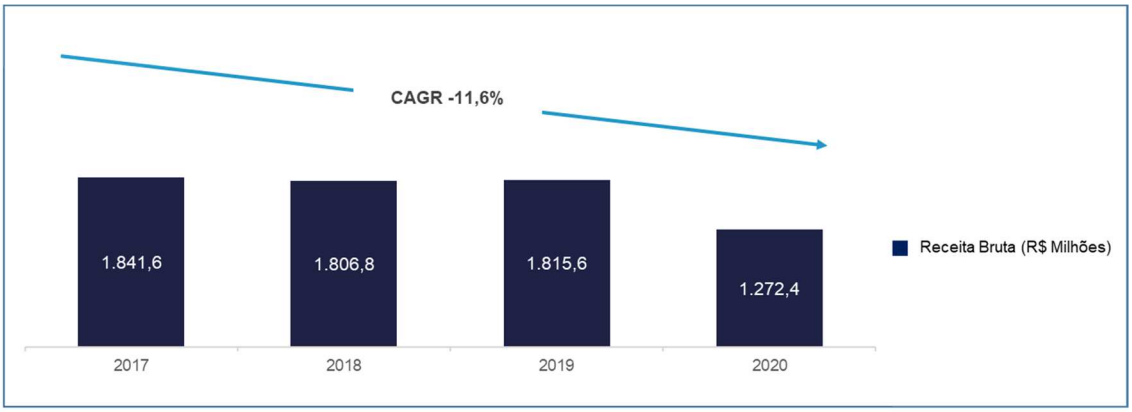
R$ MIL	2020	Part. (%)	2019	Part. (%)	VAR. 2020 | 2019
Receita Bruta de Vendas	**1.272.413**	**118,5%**	**1.815.626**	**117,2%**	**-29,9%**
Deduções de Venda	(198.918)	-18,5%	(266.467)	-17,2%	-25,3%
Receita Líquida de Vendas	**1.073.495**	**100,0%**	**1.549.159**	**100,0%**	**-30,7%**
Custo dos Produtos Vendidos	(640.220)	-59,6%	(874.631)	-56,5%	-26,8%
Ajuste a Valor Presente	9.506	0,9%	18.514	1,2%	-48,7%
Subvenção para Investimentos	11.411	1,1%	19.824	1,3%	-42,4%
Depreciação e Amortização	(34.587)	-3,2%	(34.226)	-2,2%	1,1%
Lucro Bruto	**419.605**	**39,1%**	**678.640**	**43,8%**	**-38,2%**
Despesas Operacionais	(338.431)	-31,5%	(502.407)	-32,4%	-32,6%
Vendas	(278.180)	-25,9%	(359.579)	-23,2%	-22,6%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(20.398)	-1,9%	(12.197)	-0,8%	67,2%
G&A e Rem. dos Administradores	(52.410)	-4,9%	(61.161)	-3,9%	-14,3%
Depreciação e Amortização	(54.244)	-5,1%	(54.198)	-3,5%	0,1%
Outras despesas operacionais	(93.168)	-8,7%	(54.691)	-3,5%	70,4%
Outras receitas operacionais	159.969	14,9%	39.419	2,5%	305,8%
Lucro Operacional Antes das Financeiras	**81.174**	**7,6%**	**176.233**	**11,4%**	**-53,9%**
Receitas financeiras	245.849	22,9%	68.450	4,4%	259,2%
Despesas financeiras	(62.406)	-5,8%	(35.756)	-2,3%	74,5%
Total resultado financeiro	183.443	17,1%	32.694	2,1%	461,1%
Lucro Líquido Antes de CSLL e IRPJ	**264.617**	**24,7%**	**208.927**	**13,5%**	**26,7%**
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	71.315	6,6%	(3.120)	-0,2%	-2385,7%
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	7.037	0,7%	8.895	0,6%	-20,9%
Lucro Líquido	**342.969**	**31,9%**	**214.702**	**13,9%**	**59,7%**
Atribuível aos acionistas controladores	342.969	31,9%	214.702	13,9%	59,7%
Lucro básico por ação - R$ - Atribuível aos acionistas controladores	2,1382		1,3271		61,1%
EBITDA	**170.005**	**15,8%**	**264.657**	**17,1%**	**-35,8%**

Valores da tabela acima incluem os efeitos do IFRS16.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

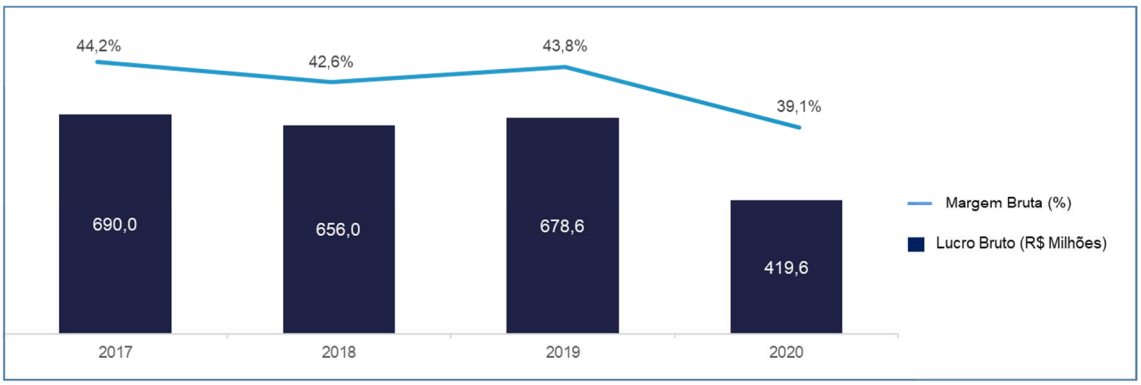
RECEITA BRUTA

A receita bruta atingiu R$ 1,3 bilhão em 2020, queda de 29,9% versus o mesmo período do ano anterior, explicada pelo fechamento de lojas e consequente redução de fluxo nas lojas. Um destaque positivo foi o desempenho do *e-commerce*.



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto da Companhia atingiu R$ 419,6 milhões em 2020, queda de 38,2% versus 2019. A margem bruta atingiu 39,1%, redução de 4,7 p.p. relacionada a menor diluição de custo fixo e consequente desalavancagem operacional na operação fabril a despeito da redução de 14,5% nestas despesas.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

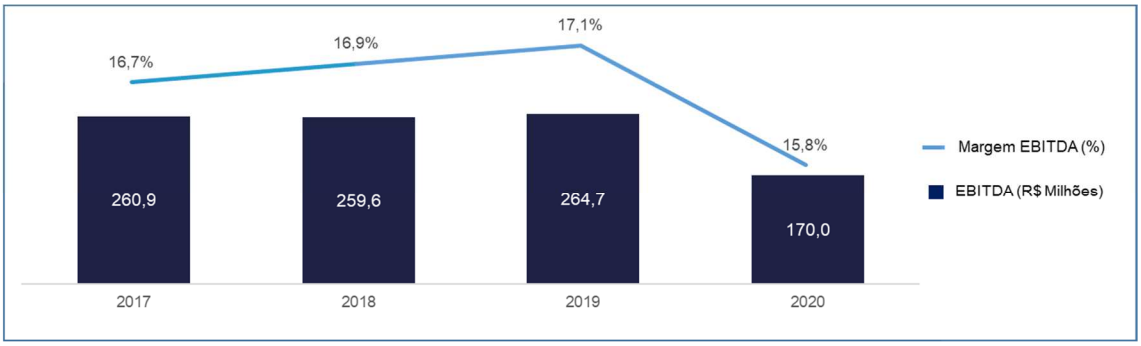
DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2020, as despesas operacionais atingiram R$ 338,4 milhões, diminuição de 32,6% em relação a 2019. As despesas foram positivamente impactadas por itens não-recorrentes no montante de R$ 92,5 milhões em 2020 e R$ 13,8 milhões em 2019.

Excluindo esses efeitos não-recorrentes a Companhia atingiu o montante de R$ 431,0 milhões, redução de 16,5% versus 2019, resultado de contingenciamentos, produtividade e realocações de recursos ao longo do ano em todas as esferas da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

No acumulado do ano o EBITDA atingiu R$ 170,0 milhões, queda de 35,8% vs. 2019 e margem de 15,8% com retração de 1,3 p.p..
Excluindo os efeitos não-recorrentes, o EBITDA corrente da Companhia, no acumulado do ano, seria de R$ 77,5 milhões, diminuição de 69,1% e margem de 7,2% com retração de 9,0 p.p..

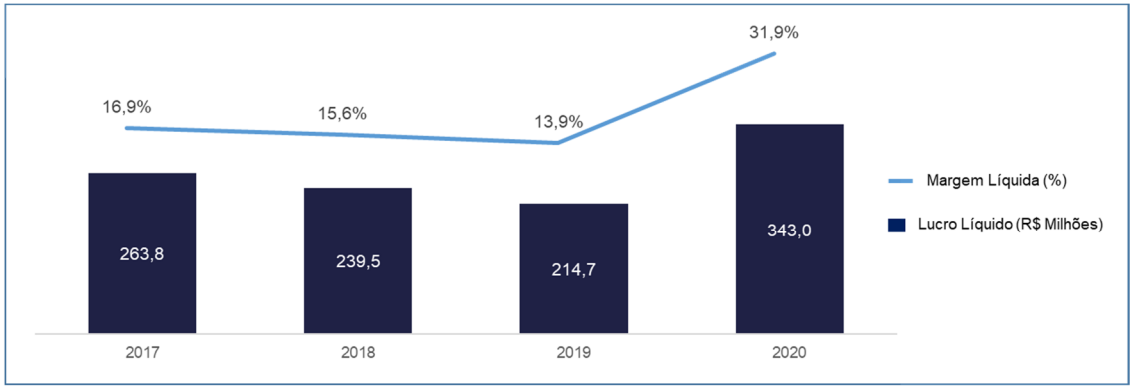


Reconciliação EBITDA - R$ MIL	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
Lucro Líquido	342.969	214.702	59,7%
(+) IR e CSLL	(78.352)	(5.775)	1256,7%
(-) Resultado Financeiro	(183.443)	(32.694)	461,1%
(+) Depreciação e Amortização	88.831	88.424	0,5%
(=) EBITDA	**170.005**	**264.657**	**-35,8%**
Margem EBITDA	15,8%	17,1%	-1,3 p.p.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Em 2020, o lucro líquido atingiu R$ 343,0 milhões, aumento de 59,7% vs. 2019, impulsionado por créditos fiscais operacionais[1] e aumento no resultado financeiro líquido de R$ 150,7 milhões, em razão das correções monetárias do crédito presumido de ICMS[2] e PIS e COFINS[3], além do crédito do imposto de renda e contribuição social de R$ 115,3 milhões.



INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2020 totalizaram R$ 47,0 milhões, redução de 27,4%, relacionado a abertura e reforma de lojas, manutenção e melhorias no parque industrial, melhorias na eficiência operacional com projetos de CRM, tecnologia e robotização (RPA), além da modernização do escritório de São Paulo refletindo a transformação cultural da Companhia.

Investimentos - R$ MIL	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
Indústria	8.859	27.646	-68,0%
Transformação digital	21.513	17.803	20,8%
Lojas	11.951	18.931	-36,9%
Outros	4.667	304	1435,2%
Total	**46.990**	**64.684**	**-27,4%**

[1] Créditos operacionais referem-se a itens não-recorrentes no valor de R$ 92,5 milhões, que se excluído o imposto de renda de 34% seria de R$ 61,1 milhões, no lucro.

[2] Credito judicial de IRPJ e CSLL relativo a exclusão do crédito presumido de ICMS reconhecido no 3T20 (R$173,5 milhões) e 4T20 (R$13,7 milhões) no montante total de R$ 187,2 milhões com juros e principal sendo R$74,6 milhões referente a juros e atualizações monetárias que se excluído o imposto de renda de 34% apenas sobre a atualização monetária, seria de R$ 49,2 milhões.

[3] Crédito de PIS e COFINS referente ao período do segundo trimestre com juros e principal no montante de R$260,9 milhões sendo R$110,1 milhões referentes a juros e atualizações monetárias, que se excluído o imposto de renda de 34%, seria de R$ 72,7 milhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2020 a geração de caixa livre foi de R$ 35,9 milhões, redução de 79,5% versus ano anterior, reflexo do menor resultado operacional. Destaca-se a gestão tempestiva de caixa pela Companhia, incluindo foco na gestão de capital de giro e repriorização de investimentos.

DFC Gerencial Consolidado - R$ MIL	2020	2019	VAR. 2020 | 2019
EBITDA	**170.005**	**264.657**	**(94.652)**
Itens Não caixa	(115.670)	26.721	(142.391)
Arrendamentos	(32.444)	(28.158)	(4.286)
AVP Clientes e Fornecedores	8.029	15.092	(7.063)
IR&CS Corrente	(37.673)	(3.120)	(34.553)
Investimento em Capital de Giro	**90.651**	**(35.036)**	**125.687**
Contas a receber de clientes	(3.405)	3.275	(6.680)
Estoques	(41.937)	(5.683)	(36.254)
Fornecedores	61.511	(20.901)	82.412
Outros	74.482	(11.727)	86.209
CapEx	**(46.990)**	**(64.684)**	**17.694**
Geração de Caixa Livre	**35.908**	**175.471**	**(139.564)**

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos relativos ao exercício de 2020 totalizaram R$ 87,0 milhões, representando *"payout"* de 25% do lucro líquido da Companhia.

Proposta de distribuição de proventos	R$ milhões	R$ por ação[1]	Aprovado em	Data base	Pago em
Juros Sobre o Capital Próprio	35,3	0,2196	30/06/2020	06/07/2020	18/11/2020
Dividendos	16,7	0,1052	10/12/2020	16/12/2020	30/12/2020
Juros Sobre o Capital Próprio	18,3	0,1153	10/12/2020	16/12/2020	30/12/2020
Total Proventos pagos	**70,3**	**0,4401**			
Payout ratio	**21%**				
Dividendos complementares[2]	**16,6**	**0,1049**			
Total proventos	**87,0**	**0,5450**			
Lucro líquido do exercício - controladora	343,0				
Payout ratio	**25%**				

[1] Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.
[2] Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/02/2020, o Conselho aprovou um novo programa de Recompra de Ações que autoriza a aquisição de até 1,4 milhão de ações, correspondendo a 1,17% do total de ações em circulação ("*free float*"), com vigência até 05/02/2021. Em 2020 foram recompradas 3.750.156 ações.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2021, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009. A Administração está propondo a retenção de R$ 240.088 do lucro líquido do exercício de 2020, para fazer frente aos investimentos previstos pela Companhia para o ano de 2021 e para reforço do capital de giro.

Orçamento de Capital 2021	2021
TI	84.000
Lojas	25.756
Indústria	18.416
Outros	3.000
Total investimentos	**131.172**
Capital de Giro	108.916
Total Geral	**240.088**

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina e Goiás, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

• Coronavírus (COVID-19)

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia o surto do novo coronavírus (COVID-19). O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia mantém acompanhamento periódico de suas operações, através de seu Comitê de Crise, formado pela Administração e um grupo de líderes de diversas áreas e vem tomando as medidas necessárias para minimizar o impacto do surto da COVID-19, preservar a integridade e saúde dos nossos colaboradores - nossa prioridade absoluta, bem como a garantir a sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio. Desde o fechamento das lojas físicas, iniciado a partir de 19 de março, monitora de forma constante a evolução da pandemia das legislações pertinentes nas cidades nas quais possui operação. Com base nessa análise e seguindo as normativas de cada região, reiniciou gradualmente a reabertura de lojas físicas em localidades específicas. Atualmente 100% das lojas físicas (lojas próprias e franquias) da Companhia já retomaram suas atividades comerciais e encontram-se abertas, seguindo as regras locais, além da implementação de todas as medidas necessárias de higiene e distanciamento social, de modo a garantir a segurança de todos os envolvidos. Adicionalmente, o centro de distribuição em Anápolis (GO), retornou as atividades no dia 20 de abril, após avaliação criteriosa de dados e a adoção de uma série de medidas, como o uso obrigatório de máscaras e medição de temperatura de todos os colaboradores. O centro de distribuição de Blumenau (SC), permaneceu operando com capacidade reduzida com foco nas operações de *e-commerce* e *key accounts*.

Além disso, a administração da Companhia tomou as seguintes principais medidas relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19: (i) adoção de trabalho remoto (*home office*) para as áreas administrativas, fechamento das fábricas e das lojas em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes, suspensão de viagens e eventos e realização de *showroom* virtual, doações de máscaras, doações de uniformes para hospitais e das camisetas com amor que arrecadaram fundos para compra de respiradores; (ii) adoção de medidas de fortalecimento do Caixa com monitoramento diário da necessidade de caixa, renegociação de fornecedores para postergação de pagamentos e redução de valores contratuais futuros, renegociação das despesas de custo de ocupação de lojas, contingenciamento de despesas e investimentos, revisão do volume de produção e compras, captação de empréstimos para Capital de Giro (R$ 120.000 em março e R$ 80.000 em abril de 2020); (iii) adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos; (iv) adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Lei 14.020 de 07 de julho de 2020, aplicando nos meses de abril à junho redução de 25% na jornada e salário base, e/ou (ii) suspensão do contrato de trabalho com a manutenção de benefícios e ajuda compensatória da Companhia de 30% sobre o salário bruto para Indústria, CD e Lojas.

Notas Explicativas

A Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto do COVID-19, que envolveu (i) a revisão da vida útil dos ativos imobilizados e a revisão das premissas do teste anual de *impairment*, cuja análise demonstrou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de ativo imobilizado conforme descrito na nota explicativa 13; (ii) analise da realização dos impostos diferidos, resultando em alongamento do período de realização do crédito, conforme nota explicativa 11; (iii) análise da classificação e contabilização de arrendamento mercantil, devido aos descontos concedidos pelos arrendadores no valor do aluguel mínimo contratual e avaliação da vida útil do ativo de direito de uso, conforme nota explicativa 15; (iv) análise das provisões de riscos e outras provisões; (v) análise de recuperabilidade de instrumentos financeiros, especificamente analise de eventuais perdas de crédito esperadas do contas a receber, cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 24 a; (vi) análise de eventuais perdas por obsolescência de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, considerando a posição de estoques perenes e a política comercial de não realizar estoques abaixo do preço de custo, não houve necessidade de provisão complementar; (vii) análises de continuidade operacional com avaliação de resultados futuros positivos, fluxos de caixa futuros positivos e entre outros e eventos subsequentes.

A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade da nossa rede e do nosso negócio, é prioridade da Administração da Companhia, e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), IAS 24/CPC 21, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

Notas Explicativas

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Nota 3g - Vida útil dos ativos imobilizados
Nota 11 – Realização de imposto de renda diferido
Nota 15 – Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil
Nota 19 – Provisão para Contingências e outras provisões
Nota 24 – Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

3 Principais políticas contábeis

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

		Participação (%)	
	País	**2020**	**2019**
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de controlar a maioria dos administradores.

- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

Notas Explicativas

(b) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Notas Explicativas

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar, dividendos a pagar, passivo de arrendamento e partes relacionadas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "*Hedge accounting*", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, para a adoção do "*Hedge Accounting*", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de "*Hedge Accounting*" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

A nota explicativa 24 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente. As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização dos dois o menor, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para o exercício, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,26
Instalações e equipamentos de produção	10,04
Móveis e utensílios	6,21
Bens de informática	4,67
Veículos	4,53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,27

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Marcas e patentes	10,00
Software	8,48

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

Notas Explicativas

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensurados a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

(j) Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

***(i)* Arrendamentos**

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia tem o direto de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Notas Explicativas

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

(ii) **Fundo de comércio**

O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização do fundo de comércio é calculada sobre o custo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil do fundo de comércio está estimada em 5 anos, sendo revista a cada encerramento de exercício e ajustada caso necessário.

(k) Benefícios a empregados

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Notas Explicativas

(i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do exercício médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem.

Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes e o custo do serviço e juros no resultado.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

(iv) Transações do plano baseado em ações e ações restritas

Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o exercício em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

Em 29 de julho de 2020 a Companhia aprovou um plano de ações restritas. O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*" que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota Explicativa 26.

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

(m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base nas taxas de 0,43% a.m. e 0,38% a.m, respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 97 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 95 dias.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo.

(n) Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Notas Explicativas

(ii) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

(o) Receita operacional de venda de bens

A Companhia possui como prática o reconhecimento das suas receitas, levando em consideração a avaliação dos seguintes passos: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede aos ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(p) Incentivos e assistências governamentais – Incentivos Fiscais

Os incentivos e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 18. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas – impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

(q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos.

Notas Explicativas

(r) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 33.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

(t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 35.

(u) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Notas Explicativas

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

Os contratos futuros de câmbio são mensurados a valor justo.

(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações.

Programa de *stock options*

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Binomial para o 7º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º ao 3º programa do Plano de 2017.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 26 a).

Programa de ações restritas

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 26 b.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa e bancos	7.876	25.317	8.287	25.718
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	70	3.258	70	3.258
Aplicações financeiras:				
Renda fixa - CDB	459.485	335.848	459.485	335.848
	467.431	364.423	467.842	364.824

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 98,2% a 101,5% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 24.

6 Aplicações financeiras

A Companhia mantém em conta bancária própria, o montante de R$ 5.194 (R$ 5.064 em 31 de dezembro de 2019) em aplicações de certificados de depósitos bancários – CDB, com rendimento de 99,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
No país	456.405	454.788	456.434	454.817
No exterior	14.859	16.523	14.859	16.523
	471.264	471.311	471.293	471.340
Ajuste a valor presente	(1.437)	(5.542)	(1.437)	(5.542)
Perdas de créditos esperadas (nota explicativa 24 a)	(38.054)	(24.290)	(38.054)	(24.290)
	(39.491)	(29.832)	(39.491)	(29.832)
	431.773	441.479	431.802	441.508
Não circulante				
No país	3.589	10.876	3.589	10.876
	435.362	452.355	435.391	452.384

Notas Explicativas

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o exercício foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo no início do exercício	(5.542)	(6.225)
Adições	(13.768)	(33.768)
Baixas	17.873	34.451
Saldo no final do exercício	(1.437)	(5.542)

A realização do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 97 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2019).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 24.

8 Outras contas a receber

	Controladora e Consolidado	
Circulante	**2020**	**2019**
Adiantamento a fornecedores	1.783	28
Adiantamento a funcionários	2.137	3.023
Contas a receber plano de reforma franquias	1.281	6.091
Contas a receber venda de ativo imobilizado (a)	3.600	5.556
Outros	3.291	2.650
	12.092	17.348

	Controladora e Consolidado	
Não circulante	**2020**	**2019**
Fomentar – Bolsa Garantia	-	838
Depósitos judiciais tributários	13.162	8.131
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	12.504	11.602
Contas a receber venda de ativo imobilizado (a)	2.020	5.400
Outros	2.386	2.420
	30.072	28.391

(a) O montante é composto, principalmente, pelas vendas das unidades de Encano, Ibirama e Rodeio/SC.

Notas Explicativas

9 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Produtos acabados	111.507	137.743
Produtos para revenda	94.464	64.677
Produtos em elaboração	80.820	64.064
Estoque em poder de terceiros	25.766	17.610
Matérias-primas	54.873	43.425
Importações em andamento	13.789	11.763
Provisão para ajuste a valor de realização	(7.953)	(16.458)
	373.266	322.824

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo no início do exercício	(16.458)	(13.457)
Constituição de provisão	(5.039)	(14.962)
Reversão de provisão por venda ou baixa	13.544	11.961
Saldo no final do exercício	(7.953)	(16.458)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

10 Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
IPI	1.785	1.086	1.785	1.086
ICMS a recuperar (a)	41.989	40.241	41.989	40.241
ICMS a recuperar - CIAP	2.143	1.924	2.143	1.924
IRPJ e CSLL a compensar (b)	5.056	4.817	5.056	4.817
INSS a recuperar (c)	1.321	4.391	1.321	4.391
IRRF a compensar	4.994	3.657	4.994	3.657
PIS e COFINS a recuperar (d)	2.204	4.069	2.204	4.069
PIS e COFINS s/imobilizado	728	532	728	532
Crédito Judicial PIS e COFINS (e)	76.539	-	76.539	-
Outros	3.459	2.516	3.465	2.522
	140.218	63.233	140.224	63.239

	Controladora e Consolidado	
Não Circulante	**2020**	**2019**
IPTU (f)	2.424	2.424
ICMS a recuperar (a)	18.000	12.973
ICMS a recuperar - CIAP	2.782	3.519
PIS e COFINS s/imobilizado	5.208	4.778
Crédito Judicial PIS e COFINS (e)	125.963	-
Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g)	187.379	-
Outros	4.505	3.705
	346.261	27.399

(a) ICMS a recuperar – Créditos decorrentes do fluxo normal de operações da Companhia em Santa Catarina.

(b) IRPJ e CSLL a compensar – A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução em 2018. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no período foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. Em 2020 houve atualização do saldo a compensar com base na Selic, no montante de R$ 133 e um pagamento de R$ 106 referente a retificação da ECF 2016 solicitada pela Receita Federal.

Notas Explicativas

(c) INSS a recuperar - A Companhia realizou levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal recolhida indevidamente sobre os valores descontados das folhas de pagamento a título de vale transporte e vale refeição do período de junho de 2013 até julho de 2018 e do FAP recolhido a maior no período de abril de 2014 até dezembro de 2015. Em 2019 foi reconhecido novo crédito complementar de R$ 10.777, sendo R$ 8.320 de principal e R$ 2.457 de atualização monetária. Em 2019 foi utilizado para compensação, dos créditos levantados, o montante de R$ 8.210. Em 2020, houve novos levantamentos de créditos no valor total de R$ 2.646 (incluindo atualização). Houve compensações em 2020, da ordem de R$ 5.716.

(d) PIS e COFINS a recuperar – A Companhia realizou um levantamento de créditos de PIS e COFINS em 2019, no montante de R$ 24.286, referente a despesas essenciais não creditadas anteriormente, sendo parte deste montante compensado no exercício. Em 2020 houve novos levantamentos de créditos, no valor de R$ 7.755. Do valor total dos créditos levantados, compensou-se em 2020 um total de R$ 9.620.

(e) Crédito Judicial PIS e COFINS - A Companhia teve em 19 de maio de 2020, a certificação do trânsito em julgado do mandado de segurança, cujo objeto era o pleito da Companhia para reconhecimento dos créditos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Após uma análise criteriosa, levando em consideração a sua situação processual e a circunstância específica pertinente ao caso e considerando o trânsito em julgado que reconheceu o direito à exclusão do valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída, a Companhia possui confiança razoável na mensuração dos valores contabilizados, dentro dos limites da parte dispositiva reconhecida e seguindo a análise da documentação fiscal do período e opinião técnica de seus assessores jurídicos. A Companhia avaliou que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, reconhecendo assim esse crédito como ativo. O valor atualizado do crédito contabilizado em maio de 2020 foi de R$ 279.540, sendo R$ 164.024 de principal, reconhecido em outras receitas operacionais e R$ 115.516 de atualização monetária, reconhecido no resultado financeiro. Sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R$ 5.372 reconhecidos em resultado financeiro. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R$ 13.680 reconhecido em outras despesas operacionais. O período do referido crédito que foi objeto do Pedido de Habilitação junto à Receita Federal do Brasil se estendeu do início da apuração não cumulativa até 31 de março de 2017, uma vez que a partir de abril de 2017, a Companhia já passou a registrar os efeitos no resultado. A Companhia já obteve o deferimento do pedido de habilitação e já iniciou as compensações com outros tributos federais apurados. Até 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R$ 78.938 em compensações e reconhecido atualização financeira no valor de R$ 1.900.

(f) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) – A Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente corresponde ao montante de R$ 2.424, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia.

Notas Explicativas

g) Crédito judicial de IRPJ e CSLL – O trânsito em julgado foi registrado após baixa ao TRF4 em 28 de setembro de 2020, os efeitos foram reconhecidos em 30 de setembro de 2020. O valor atualizado é de R$ 178.310, sendo R$ 101.328 de pagamento a maior, R$ 72.176 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente), e R$ 4.806 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Em 31 de dezembro de 2020 houve um complemento do crédito relativo a exclusão dos créditos presumidos de ICMS de Goiás e também um reconhecimento devido ao trânsito em julgado na outra medida judicial dos créditos presumidos de ICMS de Santa Catarina, cujo valor somado e atualizado é de R$ 13.711, sendo R$ 7.660 de pagamento a maior, R$ 6.051 de atualização monetária (reconhecidos na rubrica de impostos a recuperar, tendo como contrapartida no resultado imposto de renda e contribuição social correntes e resultado financeiro respectivamente) e R$ 1.546 de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos na rubrica de impostos diferidos. Referente ao crédito, houve um montante de despesas de honorários de R$ 4.481 reconhecido em outras despesas operacionais, e sobre a atualização monetária houve a incidência de PIS e COFINS de R$ 3.637 reconhecidos em resultado financeiro. Em 2020, não houve compensações, no entanto, houve de atualização monetária (Selic), no montante de R$ 164.

A expectativa de realização dos principais créditos contabilizados no ativo não circulante está demonstrada no quadro abaixo:

	2022	2023	2024	Total
ICMS a recuperar (a)	18.000	-	-	18.000
Crédito Judicial PIS e COFINS (e)	43.241	50.931	31.791	125.963
Crédito Judicial IRPJ e CSLL (g)	64.324	75.764	47.291	187.379
	125.565	126.695	79.082	331.342

Notas Explicativas

11 Impostos diferidos

(a) Composição

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	**2020**	**2019**
Prejuízos fiscais e base negativa	31.054	31.256
AVP - clientes e fornecedores	(160)	1.127
Provisão para contingências	8.699	5.143
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7.439	8.259
Provisão para despesas administrativas	1.272	1.278
Provisão para despesas comerciais	5.590	2.887
Provisão para despesas variáveis de vendas	8.508	5.381
Provisão para perda estoques obsoletos	2.246	4.741
Passivo atuarial benefícios a empregados	2.080	1.961
Provisão bens do imobilizado	1.305	-
Outras diferenças temporárias	1.661	751
Total do ativo	69.694	62.784
Passivo		
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(2.997)	(3.101)
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(408)	190
Tributos sobre hedge accounting	(26)	(495)
Outras diferenças temporárias	200	(337)
Total do passivo	(3.231)	(3.743)
Total líquido	66.463	59.041

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no plano futuro de negócios, elaborado pela Administração da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2027.

Notas Explicativas

Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

A Administração, com base em suas projeções de resultado atualizada, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:

2021	1.109
2022	5.080
2023	8.632
2024	13.590
2025	17.246
2026	22.422
2027	1.615
	69.694

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos

	Controladora e Consolidado						
Ativo	**2018**	**Reconhecido no resultado**	**Reconhecido em outros resultados abrangentes**	**2019**	**Reconhecido no resultado**	**Reconhecido em outros resultados abrangentes**	**2020**
Prej. fiscais e base negativa	23.140	8.116	-	31.256	(202)	-	31.054
AVP - Clientes e fornecedores	1.072	55	-	1.127	(1.287)	-	(160)
Passivo atuarial benefício empregados	850	121	990	1.961	203	(84)	2.080
Provisões temporárias	28.106	334	-	28.440	8.280	-	36.720
	53.369	8.615	990	62.784	6.994	(84)	69.694
Passivo							
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.496)	395	-	(3.101)	104	-	(2.997)
Variação cambial líquida	201	(11)	-	190	(598)	-	(408)
Tributos sobre hedge	326	-	(821)	(495)	-	469	(26)
Outras diferenças temporárias	(222)	(115)	-	(337)	537	-	200
	(3.392)	280	(821)	(3.743)	43	469	(3.231)
Total líquido	49.977	8.895	169	59.041	7.037	385	66.463

Notas Explicativas

12 Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A – SAFI	2020	2019
Total de ativos circulante e não circulante	445	2.722	3.167	2.654
Total de passivos circulante e não circulante	322	-	322	206
Patrimônio líquido	123	2.722	2.845	2.448
Resultado do exercício	(765)	66	(699)	(541)
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	388	2.060	2.448	3.013
Aumento de capital	500	-	500	400
Dividendos	-	-	-	(510)
Equivalência patrimonial	(765)	662	(103)	(455)
Investimento pela equivalência patrimonial	123	2.722	2.845	2.448

Notas Explicativas

13 Ativo imobilizado

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	Controladora e Consolidado									
	2018	Adições	Transfe-rências	Baixas	2019	Adições	*Transfe-rências	Baixas	Provisão pela não recuperabilidade de Ativo Imobilizado	2020
Custo:										
Edifícios e benfeitorias	127.395	30	760	(11.691)	116.494	-	2.742	-	-	119.236
Instalações e equip. produção	270.832	17.903	12.398	(17.583)	283.550	2.260	12.744	(12.530)	(2.124)	283.900
Móveis e utensílios	43.878	2.500	54	(3.811)	42.621	2.699	416	(4.086)	(169)	41.481
Bens de informática	48.237	4.299	300	(2.847)	49.989	2.657	378	(908)	-	52.116
Veículos	2.433	111	-	(595)	1.949	-	-	(256)	-	1.693
Benfeit. imóveis de terceiros	70.505	256	2.958	(1.576)	72.143	-	2.361	(15.829)	(2.447)	56.228
Terrenos	28.995	-	-	(1.357)	27.638	-	-	-	-	27.638
Imobilização em andamento	17.212	23.564	(18.912)	(202)	21.662	13.513	(19.616)	(562)	-	14.997
	609.487	48.663	(2.442)	(39.662)	616.046	21.129	(975)	(34.171)	(4.740)	597.289
Depreciação:										
Edifícios e benfeitorias	(40.398)	(4.019)	-	4.964	(39.453)	(3.810)	-	-	-	(43.263)
Instalações e equip. produção	(150.786)	(18.451)	-	14.959	(154.278)	(18.955)	-	10.711	543	(161.979)
Móveis e utensílios	(30.356)	(4.493)	-	3.046	(31.803)	(3.770)	-	3.808	148	(31.617)
Bens de informática	(37.943)	(5.030)	-	2.745	(40.228)	(4.174)	-	885	-	(43.517)
Veículos	(1.913)	(208)	-	561	(1.560)	(122)	-	256	-	(1.426)
Benfeit. imóveis de terceiros	(42.396)	(9.113)	-	1.296	(50.213)	(6.672)	-	12.570	211	(44.104)
	(303.792)	(41.314)	-	27.571	(317.535)	(37.503)	-	28.230	902	(325.906)
Saldo Líquido:										
Edifícios e benfeitorias	86.997	(3.989)	760	(6.727)	77.041	(3.810)	2.742	-	-	75.973
Instalações e equip. produção	120.046	(548)	12.398	(2.624)	129.272	(16.695)	12.744	(1.819)	(1.581)	121.921
Móveis e utensílios	13.522	(1.993)	54	(765)	10.818	(1.071)	416	(278)	(21)	9.864
Bens de informática	10.294	(731)	300	(102)	9.761	(1.517)	378	(23)	-	8.599
Veículos	520	(97)	-	(34)	389	(122)	-	-	-	267
Benfeit. imóveis de terceiros	28.109	(8.857)	2.958	(280)	21.930	(6.672)	2.361	(3.259)	(2.236)	12.124
Terrenos	28.995	-	-	(1.357)	27.638	-	-	-	-	27.638
Imobilização em andamento	17.212	23.564	(18.912)	(202)	21.662	13.513	(19.616)	(562)	-	14.997
	305.695	7.349	(2.442)	(12.091)	298.511	(16.374)	(975)	(5.941)	(3.838)	271.383

* O montante de R$ 975 (R$ 2.442 em 31 de dezembro de 2019) na coluna de transferências, refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre imobilizado, de períodos anteriores, que foram reduzidos das contas de ativo imobilizado e acrescentados em impostos à recuperar.

Notas Explicativas

(b) Revisão de vida útil

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário.

(c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R$ 1.103, conforme demonstrados na nota explicativa 18.c.

(d) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração avaliou a recuperabilidade e identificou a necessidade de constituir provisão de R$ 2.304, sendo principalmente para ativos utilizados na produção de Jeans localizados na filial de Rio Grande do Norte, pois essa categoria de produto deixará de ser produzida internamente e passará a ser adquirida de fornecedores de *sourcing* nacional. As atividades industriais da filial de Rio Grande do Norte, exceto de produção de Jeans, foram migradas para a filial de Goianésia, sendo transferidos os ativos imobilizados relativos a essas atividades. Adicionalmente, foi constituído provisão para recuperabilidade de ativos no montante R$ 1.533 para ativos relacionados a lojas próprias com atividades encerradas e outros itens.

14 Intangível

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado							
	2018	Adições	Transfe-rencias*	Baixas	2019	Adições	Transfe-rencias	2020
Custo:								
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	2.952
Fundo de comércio	64.731	-	(64.731)	-	-	-	-	-
Software	140.354	638	23.422	(259)	164.155	1.564	13.233	178.952
Intangível em andamento software	20.119	10.323	(23.422)	-	7.020	21.919	(13.233)	15.706
	228.156	10.961	(64.731)	(259)	174.127	23.483	-	197.610
Amortização:								
Marcas e patentes	(2.636)	(84)	-	-	(2.720)	(73)	-	(2.793)
Fundo de comércio	(51.056)	-	51.056	-	-	-	-	-
Software	(63.135)	(15.558)	-	259	(78.434)	(17.526)	-	(95.960)
	(116.827)	(15.642)	51.056	259	(81.154)	(17.599)	-	(98.753)
Saldo Líquido:								
Marcas e patentes	316	(84)	-	-	232	(73)	-	159
Fundo de comércio	13.675	-	(13.675)	-	-	-	-	-
Software	77.219	(14.920)	23.422	-	85.721	(15.962)	13.233	82.992
Intangível em andamento software	20.119	10.323	(23.422)	-	7.020	21.919	(13.233)	15.706
	111.329	(4.681)	(13.675)	-	92.973	5.884	-	98.857

* O saldo de transferências, em 31 de dezembro de 2019, refere-se a reclassificação de Fundo de Comércio do Intangível para Ativos de Direitos de Uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2) (nota explicativa 15).

Notas Explicativas

(b) Revisão de vida útil

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento e exercício e ajustados caso seja necessário.

(c) Valor recuperável de ativos

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

15 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

(a) Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

(i) Composição e movimentação

	Controladora e Consolidado									
	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/19	Adições	Baixas	2019	Adições	Remensu-rações	Transfe-rências	Baixas	2020
Custo:										
Lojas		64.176	13.983	(6.751)	71.408	21.948	3.372	-	(6.226)	90.502
Centro de Distribuição		5.154	750	-	5.904	-	25.764	6.432	(5.912)	32.188
Edificações		5.307	4.706	-	10.013	3.060	-	(6.432)	-	6.641
Fundo de Comércio		64.731	5.060	(2.194)	67.597	2.378	-	-	(5.804)	64.171
		139.368	24.499	(8.945)	154.922	27.386	29.136	-	(17.942)	193.502
Depreciação:										
Lojas	2 a 5	-	(20.650)	1.488	(19.162)	(21.963)	-	-	2.440	(38.685)
Centro de Distribuição	10	-	(2.993)	-	(2.993)	(4.652)	-	-	1.809	(5.836)
Edificações	5	-	(1.424)	-	(1.424)	(1.974)	-	-	-	(3.398)
Fundo de Comércio	5	(51.056)	(6.401)	2.017	(55.440)	(5.140)	-	-	4.503	(56.077)
		(51.056)	(31.468)	3.505	(79.019)	(33.729)	-	-	8.752	(103.996)
Saldo Líquido										
Lojas		64.176	(6.667)	(5.263)	52.246	(15)	3.372	-	(3.786)	51.817
Centro de Distribuição		5.154	(2.243)	-	2.911	(4.652)	25.764	6.432	(4.103)	26.352
Edificações		5.307	3.282	-	8.589	1.086	-	(6.432)	-	3.243
Fundo de Comércio		13.675	(1.341)	(177)	12.157	(2.762)	-	-	(1.301)	8.094
		88.312	(6.969)	(5.440)	75.903	(6.343)	29.136	-	(9.190)	89.506

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2020 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

Notas Explicativas

(b) Passivo de Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 81 contratos de locação (73 em 31 de dezembro de 2019) para suas unidades comerciais, industriais e administrativas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil operacional. Alguns destes contratos preveem uma despesa de locação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor permanece sendo registrado de acordo com a competência da despesa.

Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de alugueis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 7,5% a.a.. Em 2020 a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e para os novos contratos, a taxa média utilizada foi de 4%.

(i) Composição e movimentação

	Controladora e Consolidado							
	Saldo inicial em 01/01/19	Adições	Remensurações	Transferências	Pagamento de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	2019
Lojas	64.176	13.983	-	-	(23.552)	4.218	(5.346)	53.479
Centro de Distribuição	5.153	750	-	-	(1.738)	319	-	4.484
Edificações	5.308	4.706	-	-	(2.785)	291	-	7.520
	74.637	19.439	-	-	(28.075)	4.828	(5.346)	65.483
						Passivo Circulante:		26.779
						Passivo não Circulante:		38.704

	Controladora e Consolidado							
	2019	Adições	Remensurações	Transferências	Pagamento de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	2020
Lojas	53.479	21.948	3.372	-	(24.774)	3.709	(4.078)	53.656
Centro de Distribuição	4.484	-	25.764	4.887	(5.284)	344	(4.103)	26.092
Edificações	7.520	3.060	-	(4.887)	(2.091)	109	-	3.711
	65.483	25.008	29.136	-	(32.149)	4.162	(8.181)	83.459
						Passivo Circulante:		22.753
						Passivo não Circulante:		60.706

Notas Explicativas

(ii) Estimativa de liquidação

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2021	27.387	(4.799)	22.588
2022	21.452	(3.309)	18.143
2023	13.925	(2.362)	11.563
2024	9.017	(1.853)	7.164
2025	5.581	(1.544)	4.037
2026 em diante	28.315	(8.351)	19.964
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**105.677**	**(22.218)**	**83.459**

(iii) Informações adicionais

Para a mensuração do passivo de arrendamento a Companhia adotou a taxa de juros nominal. Para fins de divulgação, conforme Oficio Circular da CVM 01/2020, mensuramos o valor do passivo de arrendamento utilizando fluxo nominal x taxa nominal. A diferença apurada entre a forma de cálculo para contabilização (fluxo real x taxa nominal) e a forma imposta pela CVM para divulgação (fluxo nominal x taxa nominal) é considerada pela Companhia imaterial. Em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base o fluxo de caixa real, o valor do passivo de arrendamento da Companhia seria de R$ 112.017, com o efeito líquido de R$ 6.340.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) a Companhia entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação da CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, a Companhia realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial.

A Companhia aplicou para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o expediente prático previsto na Deliberação CVM 859 aprovada pela CMV (comissão de valores mobiliários) em 07 de julho de 2020. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um "Benefício Relacionado à COVID-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento", que atenda aos requisitos do item 46B, é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia adotou o expediente prático para todos os contratos que tiveram benefício concedido, sendo 44 contratos de arrendamentos de lojas, com efeito no resultado de R$ 4.383 reduzindo a despesa no período.

Notas Explicativas

16 Salários e encargos sociais

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Salários a pagar	9.427	8.003
Férias	13.475	14.532
INSS	8.418	9.621
FGTS	2.728	2.857
Outros	1.524	1.324
	35.572	36.337

17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
ICMS sobre vendas	12.343	10.712	12.343	10.712
PIS e COFINS	9.236	9.262	9.236	9.262
Imposto de renda retido na fonte	4.786	2.776	4.786	2.776
Fundo Protege Goiás	1.939	1.297	1.939	1.297
Outros	1.098	643	1.103	647
	29.402	24.690	29.407	24.694

18 Incentivos fiscais

A Companhia possui vigente os incentivos fiscais abaixo descritos, para os quais apresentamos os valores registrados no resultado no exercício:

	Controladora e Consolidado			
	Deduções de vendas		Custos dos produtos vendidos	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO) (a)	62.860	105.433	8.123	15.918
Crédito outorgado Atacadista (GO) (b)	1.898	1.356	199	173
Produzir (c)	13.070	5.262	-	-
PROADI - RN (d)	-	-	-	855
PROEDI - RN (e)	-	-	1.815	1.920
TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC) (f)	5.366	10.165	1.274	958
Crédito Presumido Internet (SC) (g)	5.104	4.608	-	-
	88.298	126.824	11.411	19.824

Notas Explicativas

(a) Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO), concede aos estabelecimentos industriais fabricantes de vestuário e para seus estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 12% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) e de 10% sobre o valor das operações no Estado de Goiás, com artigos de fabricação própria, se destinados à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS sobre as entradas de matérias primas e insumos consumidos no processo produtivo, bem como à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(b) Crédito outorgado Atacadista (GO), concede aos estabelecimentos atacadistas um crédito presumido de 3% sobre o valor das operações interestaduais (vendas e transferências) de mercadorias adquiridas para revenda, destinadas à comercialização ou industrialização. Tal crédito é condicionado à contribuição para o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, no montante de 15% aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto apurado com aplicação da tributação integral e o apurado com a utilização de benefício fiscal. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(c) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de São Luís de Montes Belos-GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do valor do imposto a recolher relativo às atividades incentivadas, 2% são pagos e 98% constituem o valor do benefício. De cada parcela liberada são feitas duas contribuições para o Fundo do PROTEGE, uma contribuição de 4% estabelecida pelo contrato de concessão do incentivo e outra introduzida pelo Decreto 9433/19, sendo de a partir de outubro de 2020 a alíquota de 10%. Além do Protege, são contribuídos, a taxa de antecipação FUNPRODUZIR, com alíquota de 5% sobre o valor do benefício. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(d) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. Este programa foi encerrado em julho de 2019, passando a vigorar, em agosto de 2019, o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI).

Notas Explicativas

(e) Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), a partir de agosto de 2019, sendo extinto o PROADI, a Companhia passou a utilizar o benefício do PROEDI, que consiste no crédito presumido de ICMS de 76,5%, até 31 de dezembro de 2032. Como contrapartida a utilização deste benefício a Companhia irá contribuir com o percentual de 0,5% ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), e 2,5% para o Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial do Rio Grande do Norte (FDCI). Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações foram devidamente cumpridas pela Companhia.

(f) TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC) para as operações (vendas e transferências) com artigos importados destinados à revenda, que concede crédito presumido de ICMS de 3% sobre o valor das operações interestaduais, de 3% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas com regime de apuração normal do ICMS, em que há o destaque do ICMS de 4%, e de 13,4% sobre o valor das operações internas destinadas a empresas optantes do Simples Nacional, em que há o destaque do ICMS de 17%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social – FUNDOSOCIAL e para o Fundo de Apoio à Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior. Outras obrigações compreendem o recolhimento pontual dos tributos e controles específicos das movimentações das mercadorias importadas e revendidas, para fins de comprovação do crédito utilizado. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido por Lei Complementar.

(g) Crédito Presumido Internet (SC), concede, nas vendas interestaduais diretas a consumidor final, realizadas por meio da internet, crédito presumido de ICMS de 10% nas operações com destaque de ICMS de 12%, de 5% nas operações com destaque de ICMS de 7% e de 3% nas operações com destaque de ICMS de 4%. Tal crédito é condicionado à vedação do aproveitamento de créditos de ICMS pelas entradas, bem como à contribuição de 0,4% sobre o valor das vendas alcançadas pelo benefício para o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido por Lei Complementar.

Os incentivos fiscais que a Companhia possui são caracterizados renuncias dos Estados concedentes à tributação e visam o desenvolvimento regional, sendo reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita ou Custo dos Produtos Vendidos, em contrapartida no passivo em ICMS a recolher. Os referidos incentivos são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, o que gerou uma redução de R$ 33.901 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 49.861 em 31 de dezembro de 2019), demonstrado na nota explicativa 33b.

Notas Explicativas

19 Provisões para contingências passivas, ativos contingentes e outras provisões

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

• Contingências passivas consideradas como perdas prováveis

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
Provisões para contingências:	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas (a)	3.120	2.420	7.120	7.018
Tributárias (b)	-	-	2.778	2.737
Cíveis (c)	-	-	3.888	2.953
	3.120	2.420	13.786	12.708
Outras Provisões:				
Despesas comerciais (d)	42.236	24.431	-	-
Despesas administrativas (e)	5.224	4.882	104	104
Provisão para participação nos resultados (f)	71	71	-	-
	47.531	29.384	104	104
Total	50.651	31.804	13.890	12.812

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 12.476 (R$ 11.574 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8.

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL.

(c) Cíveis - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 28 (R$ 28 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa 8.

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas.

(e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica.

Notas Explicativas

(f) Provisão para participação nos resultados - A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Controladora e Consolidado								
	2018	Adições	Reversões	Utilização	2019	Adições	Depositos judiciais (*)	Utilização	2020
Provisões para riscos									
Trabalhistas	9.462	4.837	-	(4.861)	9.438	5.154	-	(4.352)	10.240
Tributárias	2.576	172	(11)	-	2.737	8.862	(8.682)	(139)	2.778
Cíveis	4.691	746	-	(2.484)	2.953	2.684	-	(1.749)	3.888
	16.729	5.755	(11)	(7.345)	15.128	16.700	(8.682)	(6.240)	16.906
Outras Provisões									
Despesas comerciais	24.865	131.599	-	(132.033)	24.431	175.225	-	(157.420)	42.236
Despesas administrativas	7.430	87.133	-	(89.577)	4.986	64.438	-	(64.096)	5.328
Provisão participação resultados - PPR	71	9.141	(9.141)	-	71	-	-	-	71
	32.366	227.873	(9.141)	(221.610)	29.488	239.663	-	(221.516)	47.635
Total	49.095	233.628	(9.152)	(228.955)	44.616	256.363	(8.682)	(227.756)	64.541

(*) a Companhia ajuizou demandas judiciais contra alguns Estados, buscando a segurança para deixar de ser onerada pelo ICMS Diferencial de Alíquotas nas vendas a consumidores finais, realizando depósitos judiciais, cuja chance de êxito na opinião do escritório que patrocina as medidas é provável.

• Contingências passivas consideradas como perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R$ 555.337 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 491.605 em 31 de dezembro de 2019).

(i) Tributárias

Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R$ 65.526 (R$ 61.208 em 31 de dezembro de 2019) e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R$ 38.288 (R$ 36.737 em 31 de dezembro de 2019). Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R$ 24.364 (R$ 27.553 em 31 de dezembro de 2019). Na esfera judicial contra a União Federal litiga-se em exigências de INSS no montante atualizado de R$ 40.269 (R$ 39.567 em 31 de dezembro de 2019, ainda na esfera administrativa), de IRRF no montante atualizado de R$ 1.494 (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019), e PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R$ 165.669 (R$ 135.362 em 31 de dezembro de 2019, ainda na esfera administrativa) todos estes valores assegurados por Seguro Garantia. Na esfera judicial contra o Estado

Notas Explicativas

de Goiás, litiga-se em exigências de ICMS no montante atualizado de R$ 13.060, (não havia saldo em 31 de dezembro de 2019) valores assegurados por depósitos judiciais.

(ii) Cíveis

No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição foi requerida em petição juntada em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R$ 152.321.

O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito (ação monitória), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R$ 26.916. Essa ação encontra-se em fase de cumprimento provisório de sentença, enquanto pendem de julgamento os recursos aos tribunais superiores, que foi recebido com efeito suspensivo. O juízo foi garantido em 29 de setembro de 2020 com seguro garantia judicial, contratado junto à BMG Seguros S.A., correspondente ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei. Em razão do início do cumprimento provisório de sentença, o valor da pretensão foi ajustado ao valor do pedido da Massa Falida do Banco Santos.

Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2020 resulta em R$ 231.975 (R$ 213.698 até 31 de dezembro de 2019). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R$ 146.576 (R$ 135.971 em 31 de dezembro de 2019) e possível para R$ 85.399 (R$ 77.727 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Trabalhistas

No que tange às contingências trabalhistas a Companhia figura como Ré em duas Ações Civis Públicas. Uma proposta pelo Ministério Público do Trabalho no Estado de Goiás relativa a alegadas irregularidades no modelo de contrato de facção da empresa e pretende, dentre outros pedidos o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Companhia e todos os trabalhadores atuais e futuros contratados por meio de facções; a responsabilização da Companhia com relação as verbas trabalhistas provenientes destes contratos, com condenação em obrigação de não fazer consistente em se abster de utilizar ou contratar empregados por meio de contrato de facção; alternativamente que seja reconhecida a configuração de grupo econômico industrial entre a Companhia e todas as facções que lhe prestam serviços, reconhecendo-se a responsabilidade solidária da empresa pelo cumprimento de todos os direitos e encargos sociais decorrentes dos contratos de emprego firmados pelas fornecedoras e a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 36.833. Nesta ação, a Companhia apresentou defesa na presente demanda informando em suma, que não há irregularidades nas contratações das facções mencionadas pelo Ministério Público do Trabalho, bem como requerendo a improcedência da demanda. Atualmente o processo aguarda a audiência de instrução que está suspensa em razão da pandemia causada pela COVID-19. Segundo o advogado responsável por representar a Companhia na ação em comento, a probabilidade de perda pela empresa é considerada possível no valor total de R$ 20.486 (R$ 19.000 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

A Companhia foi demandada pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina envolvendo o fechamento da Unidade de Indaial/SC e requerendo pronunciamento jurisdicional para determinar que a empresa se abstenha de realizar dispensas coletivas de empregados sem negociação coletiva prévia, fixação de indenização por danos morais coletivos e tutela provisória de urgência. A Companhia apresentou defesa contestando aspectos formais e materiais da exordial e informando que o número de desligamentos é reduzido proporcionalmente ao número de empregos mantidos pela empresa. Informou também que as demissões ocorridas são motivadas pela necessidade de reestruturação da empresa em face da abrupta queda das vendas a partir de março de 2020 e seus reflexos ocasionados pela pandemia da COVID-19. Em caráter de decisão interlocutória, o Juiz de Primeiro Grau indeferiu o pedido de tutela provisória com base no entendimento consolidado na sessão especializada 2 do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. O processo se encontra aguardando decurso de prazo das partes quanto ao teor da decisão referida, para posterior inclusão em pauta para realização de audiência de instrução. O risco de perda para a Companhia nesse processo é considerado como possível e avaliado em R$ 2.073, segundo análise do advogado da empresa.

• Ativos contingentes tributários

(i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia possui medida judicial, requerendo o direito de não ser tributada pelo PIS e COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, do período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo e desde os 10 (dez) anos anteriores ao protocolo da referida medida (03/2000). Após a não admissão do seu recurso especial pelo TRF4, a União Federal promoveu Agravo em Recurso Especial ao STJ e teve provimento negado em 14 de abril de 2020. Em face da decisão, a União Federal promoveu Agravo Interno, que teve provimento negado em 23 de outubro de 2020. Em 09 de fevereiro de 2021 a Companhia teve a certificação do trânsito julgado conforme nota explicativa 37.

(ii) Crédito de IPI

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 0000927-93.1994.4.01.3400, que reconheceu seu direito ao crédito prêmio do IPI, oriundo das operações de exportação do período de 24 de janeiro de 1989 a 05 de outubro de 1990, atualmente em fase de cumprimento de sentença, na qual serão definidos os valores (*quantum debeatur*) a receber pela Companhia. A probabilidade de êxito na opinião dos advogados patronos da causa é classificada como provável e o valor bruto atualizado do crédito até 31 de dezembro de 2020 está estimado em R$ 272.898, valor bruto sem desconto de impostos e honorários jurídicos, podendo sofrer alterações devido ao fato de ainda não ter ocorrido decisão definitiva na fase de cumprimento de sentença.

(iii) Incentivos Fiscais de ICMS – Tributação no IRPJ e na CSLL

A Companhia possui diversas medidas judiciais buscando o reconhecimento de que as renúncias de ICMS concedidas pelos Estados da Federação com base em legislações estaduais não podem ser tributadas pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), por respeito ao princípio constitucional do pacto federativo. Através das Ações Ordinárias nº 5017717-74.2018.404.7205/SC e 5021318-54.2019.404.7205/SC, a Companhia busca a segurança para que seja reconhecido seu direito de não tributar pelo IRPJ e pela CSLL os incentivos fiscais concedidos pela legislação tributária do Estado de Santa Catarina, constantes dos Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD) nros. 409 e 410, relativos aos anos calendários de 2013, 2014 e 2015. Ambas as ações possuem sentença concedendo a segurança em favor da Companhia, sendo que a primeira, aguarda definição do acórdão mantendo a sentença favorável à Cia. Hering, e a segunda, já teve acórdão proferido mantendo a sentença favorável à Cia., com parcial provimento à Apelação da União em relação ao cálculo dos juros. Para os presentes processos, a Companhia estima um efeito de crédito tributário na ordem de R$ 16.970, em valores históricos.

Notas Explicativas

• Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ N.º 01/2021 Créditos tributários de PIS e COFINS sobre insumos

A Companhia após definição pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, reavaliou suas despesas dentro do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação a essas despesas no montante de R$ 7.755 em 2020 e R$ 29.109 em 2019 (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). Baseado nessa interpretação e na avaliação de seus assessores jurídicos, de que os valores levantados possuem um grau de risco de perda de remoto a possível, não houve constituição de provisão.

20 Partes relacionadas

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir:

(a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxilio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 26 a.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração, comitê de auditoria e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Honorários da administração	8.111	8.802	8.531	9.190
Remuneração variável	3.770	-	3.770	-
Benefícios de curto prazo	1.200	1.355	1.200	1.355
Outros (INSS)	1.622	1.760	1.622	1.760
Plano baseado em ações	4.458	4.236	4.458	4.236
	19.161	16.153	19.581	16.541

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

(b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos com as Controladas, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 2.722 (R$ 2.219 em 31 de dezembro de 2019). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Não há incidência de juros.

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com esta operação foi de R$ 3.206 (R$ 3.565 em 31 de dezembro de 2019), reconhecido no resultado no grupo de custos.

Em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram operações de empréstimos para reformas de franquias relacionadas a Administradores da Companhia. Em 2019 o montante foi de R$ 1.144.

Notas Explicativas

(c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 estas operações comerciais totalizaram o montante de R$ 23.493 (R$ 44.511 em 31 de dezembro de 2019) do qual R$ 6.392 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2020 (R$ 9.072 em 31 de dezembro de 2019). As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

21 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários conforme descrito abaixo:

Plano de Previdência Privada

Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não.

O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) após aposentado. Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Previc que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Em 31 de dezembro de 2020 eram 13 pessoas (19 pessoas em 31 de dezembro de 2019). Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pagos em parcela única, sendo que em 31 de dezembro de 2020 eram 4.672 pessoas (5.693 em 31 de dezembro de 2019).

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (contribuição definida) em 31 de dezembro de 2020 era de 257 pessoas (272 em 31 de dezembro de 2019), tendo contribuído no período com o montante de R$ 1.012 (R$ 1.026 em 31 de dezembro de 2019) e a patrocinadora contribui com o mesmo montante.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2020, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão – benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Valor presente das obrigações atuariais	(43.805)	(48.546)
Valor justo dos ativos do plano	37.689	42.777
Déficit	(6.116)	(5.769)

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o reconhecimento de R$ 596 (R$ 357 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração do resultado, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios à empregados.

Notas Explicativas

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Obrigações do benefício definido em 1° de janeiro	48.546	40.782
Custos do serviço corrente e juros	157	130
Juros sobre obrigação atuarial	3.694	3.687
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.174)	6.950
Benefícios pagos no ano	(3.418)	(3.003)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	43.805	48.546

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Valor justo dos ativos do plano em 1° de janeiro	42.777	38.283
Retorno esperado dos ativos do plano	3.255	3.460
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(5.176)	3.774
Contribuições de empregador	251	263
Benefícios pagos pelo plano	(3.418)	(3.003)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	37.689	42.777

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 dezembro de 2020 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R$ 37.689, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R$ 2.996. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Montante acumulado em 1° de janeiro	4.958	2.045
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(249)	2.913
Montante acumulado em 31 de dezembro	4.709	4.958

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

Notas Explicativas

(e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2021	**2020**
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	142	157
Juros sobre obrigação atuarial	3.482	3.694
Rendimento esperado dos ativos	(2.996)	(3.255)
	628	596

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R$ 652 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2021.

(f) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
Plano de previdência	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**	**2016**
Valor presente das obrigações atuariais	(43.805)	(48.546)	(40.782)	(38.406)	(33.706)
Valor justo dos ativos do plano	37.689	42.777	38.283	37.019	33.552
(Déficit) superávit para planos cobertos	(6.116)	(5.769)	(2.499)	(1.387)	(154)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	5.174	(6.950)	(1.595)	(3.708)	(5.733)
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	(5.176)	3.774	503	2.258	4.321

Notas Explicativas

(g) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida	**2020**	**2019**
Taxa de desconto nominal	7,95%	7,61%
Taxa de aumento nominal do salário	5,40%	5,81%
Taxa estimada de inflação	4,00%	4,40%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	7,95%	7,61%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos		
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	20,4
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	20,4

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas desagravada em 85% e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-44(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

(h) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2020 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevida dos participantes em 1 ano, um aumento de R$ 2.459 e uma redução de R$ 2.062 na taxa de desconto, um aumento de R$ 690 e uma redução de R$ 1.339 na tabela de mortalidade:

		Cenários Projetados	
	Cenário Base	**Aumento de 0,5%**	**Redução de 0,5%**
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			
Taxa de desconto	43.805	46.264	45.867
Taxa de inflação	43.805	43.805	43.805
Tabela de mortalidade (+1 -1)	43.805	43.115	45.144
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	11,44	11,20	11,68

Notas Explicativas

22 Empréstimos e financiamentos

a) Saldos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**Moeda**	**2020**	**2019**
Capital de Giro	CDI+4,3%	2021	R$	83.930	-
Capital de Giro	CDI+4,8%	2021	R$	42.045	-
Capital de Giro	CDI+3,4%	2021	R$	40.419	-
Capital de Giro	CDI+3,4%	2021	R$	41.573	-
				207.967	-

As captações ocorridas em 2020 não continham custos de transação, não possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) e não possuem garantias. Os empréstimos e financiamentos foram captados com o objetivo de mitigar os impactos financeiros do surto do COVID-19. O vencimento será em março e abril de 2021, pagamento em parcela única. O montante de empréstimo tomado foi de R$ 200.000, sendo reconhecido no período R$ 9.128 de juros incorridos dos quais R$ 1.161 foi efetuado pagamento.

23 Fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Fornecedores mercado interno	143.383	96.495
Fornecedores mercado externo	47.182	25.374
Risco sacado (i)	71.025	67.365
Ajuste a valor presente	(1.889)	(2.226)
	259.701	187.008

(i) A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada.

Notas Explicativas

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

Decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, contabilizados perdas de créditos esperadas, no montante de R$ 38.054 (R$ 24.290 em 31 de dezembro de 2019) representativos de 8,01% do saldo de contas a receber em aberto (5,04% em 31 de dezembro de 2019), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	467.842	364.824
Aplicações financeiras	5.194	5.064
Contas a receber de clientes	474.882	482.216
Outras contas a receber	42.164	45.739

Notas Explicativas

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
Contas a receber	**2020**	**2019**
À vencer	424.746	435.054
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	2.784	7.134
De 31 a 90 dias	2.070	5.393
De 91 a 180 dias	3.493	6.313
De 181 a 360 dias	11.701	6.315
Acima de 360 dias	30.088	22.007
	474.882	482.216

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo no início do exercício	(24.290)	(20.593)
Adições	(20.398)	(12.197)
Baixas	6.634	8.500
Saldo no final do exercício	(38.054)	(24.290)

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia efetuou a análise em sua carteira de recebíveis, considerando o cenário de incertezas econômicas desencadeado pela pandemia do COVID-19 e considera que a provisão contabilizada é suficiente. Com o objetivo de garantir a sustentabilidade e apoiar sua rede de clientes e franqueados, a Companhia efetuou a prorrogação de títulos com vencimento em março, abril e maio (sem encargos financeiros), implementou durante o mês de maio e setembro um plano de parcelamento, e acompanham a situação de recebimento dos clientes efetuando renegociações pontuais conforme necessário, além de acompanhar e comunicar aos clientes as medidas de apoio governamental que visam a sustentabilidade das operações. As prorrogações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representam o montante de R$ 34.797.

A despesa com a constituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica "Perdas pela não recuperabilidade de ativos de contas a receber" na demonstração do resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Notas Explicativas

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2020, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020:

		Consolidado						
	Taxa média de juros a.m.	Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	467.842	-	-	-	-	-	467.842
Clientes e outras contas a receber	0,38%	96.751	222.615	125.966	3.464	117	7	448.920
Empréstimos e financiamentos	0,71%	-	-	(217.803)	-	-	-	(217.803)
Passivo de arrendamento	0,57%	(2.434)	(4.785)	(20.167)	(35.377)	(17.411)	(25.503)	(105.677)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,43%	(25.715)	(141.987)	(101.136)	(3.594)	(200)	-	(272.632)
		536.444	75.843	(213.140)	(35.507)	(17.494)	(25.496)	320.650

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos:

(i) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Notas Explicativas

A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxas variáveis:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Aplicações financeiras	459.485	335.848
Aplicações financeiras restritas	5.194	5.064
Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros)	(207.967)	-
	256.712	340.912

(ii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	70	3.258
Contas a receber (nota explicativa 7)	14.859	16.523
Fornecedores (nota explicativa 23)	(47.182)	(25.374)
Instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24.d)	37.789	44.331
	5.536	38.738

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha o montante de USD 13.031 (USD 22.697 em 31 de dezembro de 2019) em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores.

(iii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Notas Explicativas

(*iv) Outros riscos de preços*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

(b) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	(207.967)	(207.967)	-	-
Passivo de arrendamento	(83.459)	(83.459)	(65.483)	(65.483)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(744)	(744)	(36)	(36)
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge	81	81	1.455	1.455

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

• Instrumentos financeiros derivativos – Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Notas Explicativas

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de gestão de dívida estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
Indicadores de Gestão de Capital	**2020**	**2019**
Caixa e equivalentes de caixa	467.842	364.824
(-) Dívida Curto Prazo	(207.967)	-
Caixa Líquido	259.875	364.824

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão de dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizadas para o exercício referência. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foram projetados para os próximos 12 meses.

			Consolidado					
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Provável**		**Possível**		**Remoto**	
			%	**Ganho (Perda)**	**%**	**Ganho (Perda)**	**%**	**Ganho (Perda)**
Aplicações financeiras (i)	464.679	Baixa CDI	2,75	-	2,06	(3.195)	1,38	(6.389)
Capital de giro (ii)	(207.967)	Baixa CDI	2,75	-	3,44	1.430	4,13	2.860
	256.712					**(1.765)**		**(3.529)**

(i) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas a variação do CDI.

(ii) Saldo em 31 de dezembro de 2020 de empréstimos obtidos de curto prazo, sujeitos à variação do CDI.

Notas Explicativas

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

			Consolidado				
Operação	**Saldo**	**Valor Notional**	**Provável**	**Possível**		**Remoto**	
	2020	**2020**	**Taxa**	**Taxa**	**Ganho**	**Taxa**	**Ganho**
	R$	**USD**	**USD**	**USD**	**(Perda)**	**USD**	**(Perda)**
Caixa em moeda estrangeira	70	-	5,6401	7,0501	18	8,4602	35
Contas a receber	14.859	-	5,6401	7,0501	3.715	8,4602	7.430
Fornecedores	(47.182)	-	5,6401	7,0501	(11.796)	8,4602	(23.591)
Instrumentos financeiros derivativos	37.789	6.700	5,6401	7,0501	9.447	8,4602	18.894
Exposição de ganhos e perdas líquidos	5.536	6.700			1.384		2.768

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2020, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

As operações designadas como "*hedge accounting*", cujo objeto está relacionado as importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020, as operações de derivativos (NDF – *Non Deliverable Forward*) mantidas pela Companhia designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

					Reconhecido em		
Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
11/11/2020	01/01/2021	1.900	5,4227	(460)	-	(18)	(442)
18/11/2020	01/02/2021	1.650	5,3265	(236)	(3)	-	(233)
02/12/2020	01/03/2021	1.150	5,2485	(69)	(18)	-	(51)
08/12/2020	01/04/2021	1.000	5,1390	54	54	-	-
08/12/2020	01/05/2021	1.000	5,1500	48	48	-	-
		6.700		(663)	81	(18)	(726)

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram um Nocional de USD 23.100 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R$ 12.233 para a Companhia, dos quais R$ 3.659 (receita R$ 3.308 em 2020 e receita de R$ 351 em 2019) foi reconhecido como ganho em Resultado Operacional e R$ 8.574 (receita de R$ 8.962 em 2020 e perda de R$ 388 em 2019) reconhecido como receita em resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de derivativos (NDF – *Non Deliverable Forward*) mantidas pela Companhia designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

					Reconhecido em		
Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
12/07/2019	02/01/2020	1.000	3,7912	239	181	48	10
12/07/2019	03/02/2020	3.800	3,7989	846	940	303	(397)
12/07/2019	02/03/2020	1.700	3,8075	370	370	-	-
24/10/2019	01/04/2020	3.000	4,0419	(25)	(25)	-	-
24/10/2019	04/05/2020	1.500	4,0455	(11)	(11)	-	-
		11.000		1.419	1.455	351	(387)

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 somaram um Nocional de USD 23.450 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou uma perda de R$ 147 para a Companhia, dos quais R$ 1.212 (despesa R$ 1.223 em 2019 e receita de R$ 11 em 2018) foi reconhecido como perda em Resultado Operacional e R$ 1.065 (receita de R$ 289 em 2019 e receita de R$ 776 em 2018) reconhecido como receita em resultado financeiro.

Notas Explicativas

25 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado é composto por 162.533.937 ações ordinárias (incluídas as 3.857.581 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2020		2019	
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	16.703.535	10,3%	16.211.835	10,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,2%
Investimento e Participação INPASA S/A	11.122.345	6,8%	11.964.724	7,4%
Verde Asset	9.188.874	5,7%	8.217.325	5,0%
Velt Partners	8.931.998	5,5%	-	0,0%
Outros	104.818.815	64,5%	114.371.683	70,4%
	162.533.937	100,0%	162.533.937	100%

(b) Ações em tesouraria

As ações adquiridas pela Companhia são mantidas em tesouraria para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia" e "Plano de Ações Restritas", ou para posterior cancelamento ou alienação. Os programas de recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, são aprovados pelo Conselho de Administração.

O total de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 3.857.581, conforme movimentação apresentada na tabela abaixo:

	Limite de recompra de ações no Plano	Quantidade de ações adquiridas	Valor	Preço médio
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**108**	**1.551**	**14,40**
Programa de recompra 05 de fevereiro de 2020	1.490	1.490	27.602	18,52
Programa de recompra 16 de março de 2020	835	835	12.792	15,32
Programa de recompra 18 de agosto de 2020	5.000	1.424	25.023	17,57
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**3.857**	**66.968**	**17,36**

(c) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 26 são registrados como reservas de capital.

Notas Explicativas

(d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro liquido do exercício	**342.969**
Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social)	17.148
Excedente reserva legal	(874)
Constituição reserva legal 2020	16.274

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2020 foi constituída reserva no montante de R$ 240.088. Em 2019 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de incentivos fiscais recebidos para investimentos (nota explicativa 18) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2020	2019
Lei do Vestuário - GO	681.803	681.803
Pró-Emprego - SC	59.264	59.264
Proadi - RN	69.234	69.234
Proedi - RN	1.920	1.920
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.526
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	46.361	46.361
Produzir - GO	11.824	11.824
Crédito Atacadista - GO	5.899	5.899
Redução Reinvestimento IRPJ	6	6
	937.587	937.587

Notas Explicativas

(e) Remuneração aos acionistas

Juros sobre capital próprio

A Companhia calcula juros sobre o capital próprio de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95.

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 195-A e art. 202 da Lei 6.404/76.

Lucro liquido do exercício	**342.969**
Reserva legal 5% (não excederá 20% do Capital Social)	(16.274)
Base de cálculo - Dividendos	326.695
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**81.674**
Dividendos e juros sobre o capital próprio - pagos antecipadamente em 2020	70.330
(-) IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.298)
Complemento para dividendo mínimo obrigatório	16.642
Total distribuído aos acionistas, líquido de imposto de renda	**81.674**
(+) IRRF sobre juros sobre capital próprio	5.298
Total distribuído aos acionistas, bruto	**86.972**

A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

Os dividendos e juros sobre capital próprio foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data	Montante por ação (R$)	Aprovado em	Pago em
Juros sobre o Capital Próprio	35.342	162.533.937	0,2196	30/06/2020	30/11/2020
Juros sobre o Capital Próprio	18.295	162.533.937	0,1153	10/12/2020	29/12/2020
Dividendos	16.693	162.533.937	0,1052	10/12/2020	29/12/2020
	70.330				
Dividendos complementares (i)	16.642				
	86.972				

(i) Complemento para dividendo mínimo obrigatório, cuja data de pagamento será definida e aprovada em Assembleia Geral.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi (nota explicativa 21), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 24) e correção monetária dos ativos imobilizados.

Notas Explicativas

26 Plano baseado em ações e plano de ações restritas

a) Programa de *stock options*

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía dois Planos de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações					
	Plano 2008			Plano 2017		
	8º	9º	10º	1º	2º	3º
Data de aprovação	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18	08/05/19
Quantidade de ações outorgadas	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229	594.903
Preço de exercício - R$/ação	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16	29,73

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*) : (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique à continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Binomial para o 8º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º ao 3º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características).

Notas Explicativas

O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

	Plano de Opção de Compra de Ações						
	Plano 2008			Plano 2017			
	8º	9º	10º	1º	2º	3º	
Data da avaliação	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18	08/05/19	
Quantidade de ações	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229	594.903	
Preço de exercício	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16	29,73	R$/ação
Preço de fechamento	21,79	11,64	13,08	26,21	16,74	31,75	R$/ação
Volatilidade ao dia	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%	2,67%	2,67%	
Volatilidade ao ano	34,63%	43,71%	39,50%	37,44%	37,43%	37,65%	
Dividendos esperados	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%	5,40%	3,17%	a.a.
Taxa de desligamento (*)	1,10%	5,00%	14,29%	-	-	-	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	15,00%	13,64%	-	-	-	a.a.
Market to Strike Ratio	2,25	2,25	2,24	2,09	2,09	2,09	
Cupom de IPCA (**)	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%	5,70%	4,19%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,38	3,30	2,90	7,96	5,15	11,37	R$/ação
Preço total	5.128	4.404	3.561	5.585	6.083	6.764	R$ mil

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º e 10º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.
(**) Taxa de juros livre de risco

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 8º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º ao 3º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço *Bloomberg*. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos – Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

Os períodos analisados foram:

	Plano de Opção de Compra de Ações					
	Plano 2008			Plano 2017		
	8º	9º	10º	1º	2º	3º
Data de início	23/11/11	29/07/08	26/05/09	15/03/10	08/12/10	03/08/11
Data de término	21/05/14	29/07/15	24/05/16	04/12/17	31/08/18	03/05/19

Notas Explicativas

(i) Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008)

No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários.
Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia.

Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,59% (0,72% em 31 de dezembro de 2019).

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2020		2019	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.167.616	31,40	2.003.224	28,51
Opções exercidas	-	-	(656.808)	15,55
Opções canceladas	(215.513)	54,28	(178.800)	68,86
Opções em circulação no final do exercício	952.103	27,27	1.167.616	31,40
Opções exercíveis no final do exercício	952.103	27,27	992.648	34,05

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 352 (R$ 1.454 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano.

(ii) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017)

Foi aprovado pela Cia Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração.

Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2020, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 0,92% (1,22% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2020		2019	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.889.915	23,73	1.749.797	19,99
Opções outorgadas	-	-	594.903	29,73
Opções exercidas	-	-	(366.745)	20,18
Opções canceladas	(399.154)	24,52	(88.040)	24,51
Opções em circulação no final do exercício	1.490.761	24,80	1.889.915	23,73
Opções exercíveis no final do exercício	708.522	24,65	360.594	24,20

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R$ 4.607 (R$ 4.044 em 31 de dezembro de 2019) referente ao valor justo do plano.

b) Plano de ações restritas

Em 29 de julho de 2020, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas para o ano de 2020 (Programa 2020), no âmbito do Plano de Incentivos Atrelado a Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 04 de dezembro de 2017.

O Programa consiste na concessão, por parte da Companhia, de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia ("Ações Restritas"), de forma gratuita, com valor total equivalente ao valor do incentivo de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração para cada executivo, no momento da outorga das Ações Restritas e posterior transferência de titularidade. O período de carência, "*vesting",* do Programa será de três anos, contados a partir da assinatura do respectivo contrato de adesão. A Diluição da base acionária da Companhia com a implantação do programa será de até 0,61% do capital social votante. A administração do Plano será de responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, com assessoria do Comitê de Gestão de Pessoas e da Diretoria de Cultura e Gente. A primeira outorga do Plano de ações restritas foi aprovada em reunião de Conselho de Administração em 29 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R$ 1.103 no resultado, referente a despesas do plano de Ações Restritas.

Programa de Ações Restritas 2020

	1ª Outorga 2020	
	Número de ações	Valor justo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**
Outorga 29/07/2020	562.447	14,51
Outorga 01/10/2020	46.772	17,06
Cancelamento	(30.000)	14,51
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**579.219**	

Notas Explicativas

27 Receita operacional

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Receita de venda mercado interno	1.058.355	1.434.645
Receita de venda em lojas próprias	267.627	396.124
Receita de venda mercado externo	24.287	42.135
Receita de royalties	10.894	18.171
Devoluções	(88.750)	(75.449)
Receita bruta de vendas	1.272.413	1.815.626
Ajuste a valor presente - receita	(13.768)	(33.768)
Abatimentos e repasse IBCC	(13.313)	(3.224)
Impostos sobre as vendas	(171.837)	(229.475)
Deduções da receita	(198.918)	(266.467)
Receita líquida	1.073.495	1.549.159

28 Custos dos bens ou serviços vendidos

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Matéria prima e material de revenda	(377.641)	(491.525)
Salários, encargos e benefícios	(107.992)	(151.377)
Depreciação	(34.587)	(34.226)
Mão-de-obra terceirizada	(91.365)	(148.892)
Energia	(8.316)	(10.736)
Outros custos	(33.989)	(33.763)
	(653.890)	(870.519)

A Companhia avaliou a ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido a paralização das fábricas provocada pela pandemia do COVID-19, e manteve registrado no custo (não apropriou ao estoque) os valores relativos essa ociosidade decorrente principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória.

Notas Explicativas

29 Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Despesas comissões sobre vendas	(35.289)	(51.822)
Despesas fretes sobre vendas	(43.380)	(43.228)
Despesas com pessoal	(83.992)	(99.073)
Despesas com propaganda e publicidade	(60.410)	(80.025)
Despesas com locação de imóveis	(8.426)	(23.281)
Despesas com amostras e desenvolvimento de produtos	(13.435)	(18.660)
Despesas com viagens e estadias	(3.673)	(9.864)
Despesas com serviços de terceiros	(11.104)	(11.631)
Outras despesas	(18.471)	(21.995)
	(278.180)	(359.579)

30 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesas com pessoal	(25.250)	(31.691)	(25.281)	(31.691)
Despesas com serviços de terceiros	(8.161)	(8.148)	(8.216)	(8.148)
Despesas com propaganda institucional	(1.946)	(1.484)	(1.946)	(1.484)
Despesas com serviços de TI	(5.052)	(3.818)	(5.052)	(3.818)
Despesas com viagens	(271)	(1.566)	(271)	(1.566)
Outras despesas	(2.857)	(5.071)	(3.113)	(5.264)
	(43.537)	(51.778)	(43.879)	(51.971)

Notas Explicativas

31 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas operacionais	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Créditos tributários	5.861	31.733	5.861	31.733
Crédito judicial de PIS e COFINS (i)	150.344	-	150.344	-
Indenização recebida de sinistro	262	590	262	590
Receita de venda de imobilizado, intangível	3.482	4.527	3.482	4.527
Outras	20	2.569	20	2.569
	159.969	39.419	159.969	39.419
Outras despesas operacionais				
Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(7.957)	(5.407)	(7.957)	(5.407)
Plano por opções de ações	(6.062)	(5.498)	(6.062)	(5.498)
Avaliação atuarial de previdência	(596)	(357)	(596)	(357)
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(3.202)	-	(3.202)	-
Indenizações trabalhista	(17.228)	(11.845)	(17.228)	(11.845)
Fundo Protege Goiás	(9.999)	(15.019)	(9.999)	(15.019)
Indenização representantes	(11.235)	(8.165)	(11.235)	(8.165)
Prêmio Acelera 2020	(7.024)	-	(7.024)	-
Provisão pela não recuperabilidade de ativo imobilizado	(3.838)	-	(3.838)	-
Perda de créditos de impostos não recuperáveis	(3.211)	-	(3.211)	-
Provisão não recebimento indenização sinistro	(2.640)	-	(2.640)	-
Perda outros créditos não recebiveis	(2.483)	-	(2.483)	-
Honorários crédito judicial IRPJ/CSLL (ii)	(4.481)	(2.082)	(4.481)	(2.082)
Outras	(13.187)	(6.296)	(13.212)	(6.318)
	(93.143)	(54.669)	(93.168)	(54.691)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	66.826	(15.250)	66.801	(15.272)

(i) Conforme nota explicativa 10 (e).
(ii) Conforme nota explicativa 10 (g).

Notas Explicativas

32 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	12.546	18.841	12.546	18.841
Ajuste a valor presente	17.873	34.451	17.873	34.451
Juros recebidos e renegociados	6.270	8.681	6.270	8.681
Atualização crédito judicial de PIS e COFINS (i)	117.416	-	117.416	-
Atualização crédito judicial de IRPJ e CSLL (ii)	78.227	-	78.227	-
Receitas com derivativos	8.235	-	8.235	-
Variação cambial ativa - diversos	-	-	287	-
Variação cambial ativa de clientes	3.613	208	3.613	208
Outras receitas	1.291	6.200	1.382	6.269
	245.471	68.381	245.849	68.450
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(9.128)	-	(9.128)	-
Ajuste a valor presente	(9.843)	(19.359)	(9.843)	(19.359)
Atualização provisões para riscos	(550)	(560)	(550)	(560)
Juros arrendamento (nota explicativa 15)	(4.162)	(4.828)	(4.162)	(4.828)
Tarifas bancárias e comissões	(11.156)	(4.825)	(11.156)	(4.825)
Pis e Cofins s/ atualização crédito judicial de PIS e COFINS (i)	(5.372)	-	(5.372)	-
Pis e Cofins s/ atualização crédito judicial de IRPJ e CSLL (ii)	(3.637)	-	(3.637)	-
Variação cambial passiva diversas	(296)	(88)	-	(6)
Variação cambial passiva de conta corrente	(14)	(255)	-	(255)
Variação cambial passiva de fornecedores	(12.957)	(3.368)	(12.957)	(3.368)
Outras despesas	(5.597)	(2.552)	(5.601)	(2.555)
	(62.712)	(35.835)	(62.406)	(35.756)
Resultado financeiro líquido	182.759	32.546	183.443	32.694

(i) Conforme nota explicativa 10 (e).
(ii) Conforme nota explicativa 10 (g).

Notas Explicativas

33 Despesa com imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Impostos correntes:				
Contribuição social	19.440	(612)	19.440	(612)
Imposto de renda	51.875	(2.508)	51.875	(2.508)
	71.315	(3.120)	71.315	(3.120)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	1.880	2.423	1.880	2.423
Imposto de renda	5.157	6.472	5.157	6.472
	7.037	8.895	7.037	8.895

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos	264.617	208.927	264.617	208.927
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(89.970)	(71.035)	(89.970)	(71.035)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Incentivos fiscais (nota explicativa 18)	33.901	49.861	33.901	49.861
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25 e)	18.237	27.596	18.237	27.596
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	1.192	-	1.192	-
Outras (adições) exclusões permanentes	(348)	(647)	(348)	(647)
Imposto de renda e contribuição social	**(36.988)**	**5.775**	**(36.988)**	**5.775**
Alíquota efetiva	**14%**	**(3%)**	**14%**	**(3%)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos de períodos anteriores (i)	6.352	-	6.352	-
Crédito judicial IRPJ e CSLL - exclusão crédio presumido ICMS (i)	108.988	-	108.988	-
Imposto de renda e contribuição social	**78.352**	**5.775**	**78.352**	**5.775**
Imposto de renda e contribuição social corrente	71.315	(3.120)	71.315	(3.120)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.037	8.895	7.037	8.895
Imposto de renda e contribuição social	**78.352**	**5.775**	**78.352**	**5.775**

(i) Conforme nota explicativa 10 (g).

Notas Explicativas

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2020	**2019**
Constituição sobre adições temporárias	7.135	395
Reversão sobre exclusões temporárias	-	(11)
Constituição (Reversão) de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(202)	8.116
Realização da correção monetária do ativo próprio	104	395
	7.037	8.895

34 Resultado por ação

(a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2020	**2019**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	342.969	214.702
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	162.535	162.159
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(2.134)	(381)
	160.401	161.778
Lucro básico por ação - R$	2,1382	1,3271

(b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2020	**2019**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	342.969	214.702
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	160.401	161.778
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	2.443	3.058
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	162.844	164.836
Lucro diluído por ação - R$	2,1061	1,3025

35 Segmentos operacionais

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering e DZARM e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas Próprias e *Webstore*), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Marca	**2020**	**2019**
Hering	1.131.637	1.585.840
DZARM	63.108	75.973
Outras (i)	53.381	111.678
Receita bruta mercado interno	1.248.126	1.773.491
Receita bruta mercado externo	24.287	42.135
Receita bruta total	1.272.413	1.815.626

(i) No início do 2º trimestre de 2020 a Companhia divulgou que a marca PUC seria encerrada. A marca PUC não representa uma importante linha separada de negócios, e não é parte integrante de plano coordenado para venda. A sua linha de produção foi incorporada pela Hering Kids, desta forma a partir de 30 de junho de 2020 não é mais apresentada como uma marca para efeitos de receita e seu faturamento foi incluso da linha de outras sendo em 31 de dezembro de 2020 um montante de R$ 31.126 (R$ 87.916 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

	Consolidado	
Canal	**2020**	**2019**
Multimarcas	452.256	704.840
Franquias	369.651	627.075
Lojas próprias	234.461	365.829
Webstore	181.077	69.996
Outras (i)	10.681	5.751
Receita bruta mercado interno	1.248.126	1.773.491
Receita bruta mercado externo	24.287	42.135
Receita bruta total	1.272.413	1.815.626

(i) Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Receita bruta mercado interno	1.248.126	1.773.491
Receita bruta mercado externo	24.287	42.135
Receita bruta	1.272.413	1.815.626
Deduções da receita	(198.918)	(266.467)
Receita líquida	1.073.495	1.549.159

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2020 apenas 2,26% (2,72% em 31 de dezembro de 2019) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

36 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 445.494 para danos materiais, R$ 186.528 para lucros cessantes e R$ 60.000 para responsabilidade civil.

37 Eventos Subsequentes

A Companhia obteve em 9 de fevereiro de 2021 a certificação do trânsito em julgado na medida judicial que objetivava a segurança para não ser tributada pelo PIS e pela COFINS sobre o valor do ICMS destacado em suas notas fiscais de saída, no período em que as referidas contribuições eram apuradas no regime cumulativo, conforme nota explicativa 19. Com o trânsito em julgado, a Companhia teve reconhecido seu direito de reaver os valores que estão estimados em R$ 33 milhões (valores atualizados). O valor confirmado será registrado no resultado da Companhia no 1º trimestre de 2021, e será levantado futuramente pela Companhia pela via da compensação ou precatório.

Notas Explicativas

38 Declaração dos Diretores

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Fabio Hering – Diretor Presidente
Carolina de Freitas Pires Simões – Diretora de Expansão e Negócio B2B
Fabiola Falanghe Guimarães – Diretora de Marca e Produto
Filipe Lento Brilhante de Albuquerque – Diretor de Consumidor e Varejo
Galeno Augusto Jung – Diretoria Estratégia, Tecnologia e Inovação
Marciel Eder Costa – Diretor Administrativo e Suprimentos
Marcelo Toledo – Diretor Industrial
Marcus Yamamoto – Diretor Supply Chain
Rafael Bossolani – Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Renata Vivan Del Bove – Diretora de Cultura e Gente
Thiago Hering – Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering – Presidente
Fábio Hering - Conselheiro
Andrea Oliveira Mota Baril – Conselheiro
Celso Luis Loducca - Conselheiro
Claudia Worms Sciama – Conselheiro
Fabio Colletti Barbosa – Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior – Conselheiro

Cleonice Ghidolin Destri
Contadora CRC – SC nº 27.477/O-4

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2021, em entendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

A Administração está propondo a retenção de R$ 240.088 do lucro líquido do exercício de 2020, para fazer frente aos investimentos previstos pela Companhia para o ano de 2021 e para reforço do capital de giro.

Orçamento de Capital e Capital de Giro - R$ mil

I - Investimento em ativos	**131.172**
- TI	84.000
- Lojas	25.756
- Industria	18.416
- Outros	3.000
II - Capital de giro	**108.916**
Total Geral	**240.088**
Fontes de Financiamento (Reserva de Retenção de Lucros)	**240.088**

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

De acordo com o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, apresentamos a seguir algumas informações adicionais sobre a Companhia.

1 - Atendendo ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Novo Mercado), apresentamos a seguir, a posição acionária em 31 de Dezembro de 2020:

1.1 Cia Hering

Acionistas	2020		2019	
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	16.703.535	10,3%	16.211.835	10,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,2%
Investimento e Participação INPASA S/A	11.122.345	6,8%	11.964.724	7,4%
Verde Asset	9.188.874	5,7%	8.217.325	5,0%
Velt Partners	8.931.998	5,5%	-	-
Outros	104.818.815	64,5%	114.371.683	70,4%
Total	162.533.937	100%	162.533.937	100%

1.2 Investimento e Participações Inpasa S.A

	Ações Ordinárias	%	Total	%
Ivo Hering	211.855	28,4%	211.855	28,4%
Amaral Invest. e Partic. Ltda	95.181	12,8%	95.181	12,8%
Dorca Adm. De Bens e Part. Ltda	66.370	8,9%	66.370	8,9%
Clamaro Adm. Part. de Bens Ltda	59.618	8,0%	59.618	8,0%
IPE Inv. e Part. Empr. Ltda	58.422	7,8%	58.422	7,8%
Dimare Participações Societárias Ltda	45.871	6,1%	45.871	6,1%
Outros	208.931	28,0%	208.931	28,0%
Total	746.248	100%	746.248	100%

1.2.1 JGP Adm. De Bens e Participações Ltda

Cotistas	Quotas	%
Gil Prayon	1.149.361	48,0%
Jean Prayon	1.129.362	47,2%
Outros	113.617	4,7%
Total	2.392.340	100%

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

1.2.2 Amaral Investimentos e Participações Ltda

Cotistas	Quotas	%
Carlos Tavares D'Amaral	6.500	50,0%
Marcio Tavares D'Amaral	6.500	50,0%
Total	13.000	100%

1.2.3 Clamaro Administração e Participação de Bens Ltda

Cotistas	Quotas	%
Cláudio Hering Meyer	2.560.228	30,6%
Marcos Hering Meyer	2.560.228	30,6%
Roberto Hering Meyer	2.560.228	30,6%
Uta Hedy Hering Meyer	682.002	8,2%
Total	8.362.686	100%

1.2.4 IPE Investimentos e Participação de Bens Ltda

Cotistas	Quotas	%
Ivo Hering	8.364.858	26,8%
Andrea Hildegard Hering Vila Boas	7.426.166	23,8%
Karin Hering de Miranda	7.426.166	23,8%
Cristiane Hering de Toni	7.426.166	23,8%
Rotraud Katharina Hering	535.775	1,7%
Total	31.179.131	100%

1.2.5 Dimare Participações Societárias Ltda.

Cotistas	Quotas	%
Rene Werner Linnenkamp	8.354.773	100,0%
Marlene Karin Werner	1.000	0,0%
Total	8.355.773	100%

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

2 - Posição dos controladores e administradores e ações em circulação

Posição em 31/12/2020

Acionista	Ações Ordinárias	%	Total	%
Controlador	33.650.260	21,0%	33.650.260	21,0%
Administradores				
- Conselho de Administração	158.003	0,1%	158.003	0,1%
- Diretoria	177.741	0,1%	177.741	0,1%
Ações em Tesouraria	3.857.581	2,4%	3.857.581	2,4%
Outros	124.690.352	76,4%	124.690.352	76,4%
TOTAL	162.533.937	100%	162.533.937	100%
Ações em Circulação	124.690.352	76,4%	124.690.352	76,4%

Posição em 30/09/2020

Acionista	Ações Ordinárias	%	Total	%
Controlador	34.115.244	21,0%	34.115.244	21,0%
Administradores				
- Conselho de Administração	156.003	0,1%	156.003	0,1%
- Diretoria	212.268	0,1%	212.268	0,1%
Ações em Tesouraria	3.857.581	2,4%	3.857.581	2,4%
Outros	124.192.841	76,4%	124.192.841	76,4%
TOTAL	162.533.937	100%	162.533.937	100%
Ações em Circulação	124.192.841	76,4%	124.192.841	76,4%

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

Posição em 30/06/2020

Acionista	Ações Ordinárias	%	Total	%
Controlador	34.385.744	21,2%	34.385.744	21,2%
Administradores				
- Conselho de Administração	148.003	0,1%	148.003	0,1%
- Diretoria	214.268	0,1%	214.268	0,1%
Ações em Tesouraria	1.597.425	1,0%	1.597.425	1,0%
Outros	126.188.497	77,6%	126.188.497	77,6%
TOTAL	162.533.937	100%	162.533.937	100%
Ações em Circulação	126.188.497	77,6%	126.188.497	77,6%

Posição em 31/03/2020

Acionista	Ações Ordinárias	%	Total	%
Controlador	34.516.228	21,2%	34.516.228	21,2%
Administradores				
- Conselho de Administração	124.003	0,1%	124.003	0,1%
- Diretoria	162.268	0,1%	162.268	0,1%
Ações em Tesouraria	1.597.425	1,0%	1.597.425	1,0%
Outros	126.134.013	77,6%	126.134.013	77,6%
TOTAL	162.533.937	100%	162.533.937	100%
Ações em Circulação	126.134.013	77,6%	126.134.013	77,6%

3 - Cláusula de arbitragem

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

4 - Auditores Independentes

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o período encerrado em 31 de Dezembro de 2020 os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering

Blumenau – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia Hering em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, cuja recuperação está suportada por estudo técnico preparado pela Administração e que consideram estimativas futuras de geração de lucros tributáveis.

A preparação desse estudo técnico envolve incertezas relacionadas às premissas e estimativas como: crescimento da receita e aumento das margens de lucro, cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros feitas pela Companhia, assim como as avaliações econômico-financeiras que fundamentaram a expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade da controladora contida nestas projeções.

Comparamos o resultado esperado de geração de lucro tributável futuro com o limite do valor registrado como ativo fiscal diferido e sua consistência com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, obtivemos evidências de aprovação do estudo técnico de recuperação dos impostos diferidos ativos pelos órgãos de governança da Companhia.

Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os ativos fiscais diferidos e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisões, ativos e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis

Consulte as notas explicativas 3.l e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, que envolvem matérias tributárias, principalmente relacionados à utilização de créditos tributários, e também matérias trabalhistas e cíveis.

O reconhecimento de ativos ou de passivos decorrente de ações judiciais e administrativas, ou mesmo da tomada de decisão sobre utilização de créditos tributários, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos, principalmente porque há relevante complexidade na legislação brasileira, posicionamentos antagônicos de órgãos e entidades competentes, e diferentes interpretações sobre o mesmo tema que podem ser igualmente válidas.

Devido ao uso de julgamentos significativos sobre o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes de ações judiciais e administrativas, e nas tomadas de decisões sobre a utilização de créditos tributários, ou na possibilidade de mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, e o fato de que essas mudanças podem impactar significativamente as divulgações e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o apoio dos nossos especialistas legais e tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação dos critérios e julgamentos utilizados pela Companhia para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a dos créditos tributários, a serem registrados nas demonstrações financeiras

Avaliamos os critério e julgamentos utilizados para classificação do risco de perda ou de sucesso das demandas judiciais e administrativas, incluindo a avaliação sobre a utilização de créditos tributários, com base nas confirmações externas recebidas dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e nas jurisprudências, pareceres e opiniões legais, quando aplicável.

Avaliamos, ainda, se as divulgações em notas explicativas consideram todos os aspectos relevantes.

Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os registros contábeis de provisões e créditos tributários, assim como suas respectivas divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

* Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 2 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva

Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Cia. Hering (“Companhia”) instituído em 29 de abril de 2019, nos termos da legislação vigente, é órgão de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração.

As atribuições do Comitê estão estabelecidas no seu Regimento Interno, que dispõe, dentre outras, a supervisão dos sistemas de controles internos, de compliance, e de gerenciamento de riscos, das atividades da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, bem como monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais e demonstrações financeiras da Companhia.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Em 2020, o Comitê realizou oito reuniões, em que analisou e apreciou, em especial, as demonstrações financeiras trimestrais e anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluindo as atividades abaixo descritas.

Nesse período, o Coordenador do Comitê realizou reuniões complementares com diretores e responsáveis pela Auditoria Interna e pelo processamento e elaboração das demonstrações financeiras para obter um entendimento das operações e dos resultados da Companhia.

Trimestralmente o Comitê reportou ao Conselho de Administração os resultados das atividades realizadas no período.

Foram as seguintes as atividades desenvolvidas pelo Comitê no cumprimento de suas atribuições:

a) Auditoria Independente – O Comitê discutiu o plano de auditoria apresentado para o exercício de 2020, bem como a abordagem da auditoria, os exames e procedimentos efetuados e os resultados alcançados, relativos às demonstrações financeiras trimestrais e anuais do exercício de 2020. Também, analisou e discutiu as principais deficiências e recomendações de melhoria apontadas no relatório de controles internos, bem como os respectivos planos de ação das áreas internas para resolução das questões;

b) Auditoria Interna – O Comitê revisou a execução do plano de auditoria previsto para 2020, que teve de ser redirecionado para novos trabalhos que foram sendo requeridos em função da Pandemia, com vistas a dar suporte às áreas com maior risco de perdas financeiras. O planejamento para 2021 prevê a retomada dos trabalhos iniciados em 2020 e que não puderam ser completados em razão da Pandemia. Também, estão sendo avaliados processos de melhorias na execução dos trabalhos de auditoria interna.

c) Área de Compliance – Em 2020 foi concluído o mapeamento de riscos de compliance, bem como foram elaboradas as políticas corporativas. O monitoramento da aplicação dos dispositivos legais emitidos durante o período de Pandemia continua sendo executado em 2021.

d) Gestão de riscos e controles internos – O plano de mapeamento de riscos e de controles internos foi parcialmente concluído, devido à Pandemia e será retomado em 2021.

e) Segurança da Informação – O Comitê tomou conhecimento do planejamento e ações desenvolvidas para o trabalho em “home office”.

f) Principais demandas judiciais – O Comitê revisitou o andamento das ações relacionadas às principais contingências cíveis e fiscais.

g) Partes Relacionadas – O comitê revisou o processo de transações com partes relacionadas.

h) LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados – O Comitê analisou o projeto de implementação dos requisitos da LGPD, os impactos e as ações desenvolvidas pela Companhia.

i) Código de conduta e Canal de denúncias – O Comitê revisou as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Conduta e os relatos registrados no Canal de Ética, bem como as investigações realizadas e as providências adotadas pela Administração;

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas no período e nas informações recebidas da Administração e dos responsáveis pelas áreas de gestão de riscos, controles internos, compliance, auditoria interna e dos auditores independentes, o Comitê entende que:

a) O sistema de controles internos, gestão de riscos e compliance são adequados ao porte e complexidades das operações da companhia, todavia, apesar dos esforços de melhorias, ainda restam deficiências que requerem atenção dos gestores.

b) A estrutura e os trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna são satisfatórios, mas requerem uma revisão da metodologia e das ferramentas atualmente utilizadas.

c) Os serviços prestados pelos auditores independentes são adequados às necessidades da Companhia;

d) As práticas contábeis adotadas pela companhia estão em conformidade com as adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as normas internacionais (IFRS)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2020

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto em seu Regimento Interno, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do respectivo Relatório da Administração e do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, recomendam ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação das referidas demonstrações.

São Paulo, 02 de março de 2021

Comitê de Auditoria

Walter Iorio - Coordenador do Comitê

Ivo Hering – Membro do Conselho e do Comitê

Patrick Charles Morin Junior – Membro do Conselho e do Comitê

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Fabio Hering – Diretor Presidente

Carolina de Freitas Pires Simões – Diretora de Expansão e Negócio B2B

Fabiola Falanghe Guimarães – Diretora de Marca e Produto

Filipe Lento Brilhante de Albuquerque – Diretor de Consumidor e Varejo

Galeno Augusto Jung – Diretoria Estratégia, Tecnologia e Inovação

Marciel Eder Costa – Diretor Administrativo e Suprimentos

Marcelo Toledo – Diretor Industrial

Marcus Yamamoto – Diretor Supply Chain

Rafael Bossolani – Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Renata Vivan Del Bove – Diretora de Cultura e Gente

Thiago Hering – Diretor Executivo

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditories Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Fabio Hering – Diretor Presidente

Carolina de Freitas Pires Simões – Diretora de Expansão e Negócio B2B

Fabiola Falanghe Guimarães – Diretora de Marca e Produto

Filipe Lento Brilhante de Albuquerque – Diretor de Consumidor e Varejo

Galeno Augusto Jung – Diretoria Estratégia, Tecnologia e Inovação

Marciel Eder Costa – Diretor Administrativo e Suprimentos

Marcelo Toledo – Diretor Industrial

Marcus Yamamoto – Diretor Supply Chain

Rafael Bossolani – Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Renata Vivan Del Bove – Diretora de Cultura e Gente

Thiago Hering – Diretor Executivo